

PROJETO “ABEPSS ITINERANTE”:

Projeto Ético-Político do Serviço Social: método do materialismo histórico-dialético e unidade de lutas sociais emancipatórias

8ª EDIÇÃO

Módulo II – Projeto Ético Político do Serviço Social

Formadora: Profa. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos (UNIOESTE)¹

PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CONSTRUÇÃO COLETIVA E EMANCIPATÓRIA

Esther Luíza de Souza Lemos²

Introdução

No contexto das reflexões e comemorações dos 90 anos do Serviço Social no Brasil, dos 80 anos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e dos 30 anos das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social aprovadas pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, saúdo a atual gestão de nossa entidade (“A certeza na frente, a história na mão”: Serviço Social e luta coletiva) que, a partir da análise crítica que o tempo histórico exige, deliberou por aprofundar coletivamente, na 8ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante, o tema “Projeto Ético-Político do Serviço Social: método do materialismo histórico-dialético e unidade de lutas sociais emancipatórias”.

¹ Professora convidada para ministrar o Módulo II da 8ª edição do Projeto ABEPSS Itinerante e preparar o texto de referência e indicações de bibliográficas.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada no curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - *Campus* de Toledo (PR). Pesquisadora na pesquisa em rede “Serviço Social na História: Questão Social, movimentos sociais e lutas sociais na América Latina (1960-2020)” atuando no subgrupo “A organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil e a virada crítica nas entidades nacionais” também integrada por Ana Luiza Avelar de Oliveira (UFJF), Carina Berta Moljo (UFJF), Luciana Maria Cavalcante Melo (UNIFESP), Maria Inês Souza Bravo (UERJ), Maurílio Castro de Matos (UERJ) e Rodriane de Oliveira Souza (UERJ).

O conteúdo, tão denso quanto intenso, expressa o fio condutor da perspectiva histórico-crítica na categoria³ e nos remete a uma síntese da construção histórica do Serviço Social brasileiro. Poderíamos percorrer diferentes caminhos para desenvolver a temática que expressa o legado de gerações profissionais com as dimensões teleológica e ontológica que lhes dão sentido.

Como toda escolha possui uma intencionalidade e, considerando esta 8ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante, proponho um diálogo que se situa no processo de implementação da *Política de Educação Permanente* (CFESS, 2012), construída pelos *sujeitos coletivos* da categoria, na relação direta com as Unidades de Formação Acadêmica – UFAs, docentes e discentes, no desafio da implementação dos respectivos projetos políticos pedagógicos, tanto nos cursos de graduação quanto de pós-graduação no país.

Partindo da análise do Serviço Social na História (Iamamoto, 2024), os objetivos da exposição deste texto visam: contextualizar historicamente a construção coletiva e emancipatória do *projeto ético-político* do Serviço Social brasileiro; fortalecer o projeto ético-político na compreensão da unidade trabalho e formação profissional e, subsidiar, de forma didática, o ensino sobre o *projeto ético-político* qualificando a formação profissional em Serviço Social.

Como nos ensinou Marx, *o critério de verdade é a prática* (Marx; Engels, 1993). Nos 90 anos de Serviço Social no Brasil, temos mais tempo sob a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina do que sob a influência do Serviço Social Tradicional (Iamamoto, 2025). Isto não quer dizer que o conservadorismo deixou de permear nossas vidas e a profissão. Pelo contrário, nos diz que há mais de 60 anos o Serviço Social brasileiro construiu a autocrítica às suas raízes conservadoras e uma crítica ao projeto conservador que o fundou e o requisita cotidianamente. Como nos lembra Iamamoto “as(os) assistentes sociais brasileiras(os) vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital nestes tempos de crises, de

³ Lembrando a síntese da profa. Leila Lima Santos em sua fala de encerramento no Seminário “O Serviço Social na América Latina: balanço e perspectivas” promovido pelo CELATS em 1982: “Quero destacar o significado de pensar a categoria profissional de forma ampla, não como um bloco monolítico, mas como uma coletividade diferenciada e penetrada por tensões e conflitos, instaurando-se o direito à discrepância e ao pluralismo” (CELATS, 1986, p. 79).

aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história”⁴.

Há 30 anos, no final do século XX e chegada do século XXI, Netto ao refletir sobre as transformações societárias em curso, nos ofereceu uma análise prospectiva da profissão considerando que “o problema teórico-analítico de fundo (...) consiste em determinar *as mediações* que conectam as profissões particulares àquelas transformações” (1996, p. 89).

A atual geração profissional é testemunha das transformações societárias que transitam da “rigidez” à “flexibilidade”, da produção territorializada à “desterritorialização”, da comunicação analógica à comunicação digital, do “capital industrial” ao “capital rentista”. Estas e outras transformações que afetam dialeticamente a produção e reprodução social moldam os padrões de sociabilidade no mundo e na particularidade brasileira (Iamamoto & Carvalho, 1991; Iamamoto, 2007; Netto, 1996).

A literatura profissional que coloca o Serviço Social como objeto de estudo nos oferece a necessária apropriação e aprofundamento para avançarmos no tempo presente. No campo dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, para os propósitos deste momento de formação, dialogamos com as produções de Iamamoto & Carvalho (1991); Iamamoto (1992, 2007, 2007a, 2021, 2024, 2025); Netto (1989, 1991, 1992, 1996, 1999, 2007); Yazbek (2018, 2019, 2021); Barroco (2001); Mota (2013, 2025); Abramides & Cabral (1995), Abramides (2019, 2023); Braz & Teixeira (2009); Bonetti *et al* (2001); Yazbek & Iamamoto (2019); Iamamoto & Santos (2021), Montañó & Guerra (2024); CFESS (1996) e ABESS/CEDEPSS (1996).

A tese de Abramides (2019) permite-nos reconstruir o processo que historiciza, dá inteligibilidade e sentido ao que hoje denominamos *projeto ético político-profissional*. Podemos nos perguntar: o que mobilizou diferentes gerações profissionais a manter unidade na diversidade de conjunturas, de sujeitos e organizações no âmbito da formação e do trabalho profissional?

⁴ Conferência realizada no 7º Seminário Anual de Serviço Social, organizado pela Cortez Editora, em maio de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zDOnXgCH_1Y. Acesso em: 06 abr. 2026.

A resposta pode ser expressa na frase final do documentário “Ilha das Flores” (1989), em referência a um dos versos mais famosos de Cecília Meireles⁵: “**Liberdade!** Essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

O núcleo do *projeto ético-político* do Serviço Social brasileiro constitui esta síntese que construiu novo sentido à formação e ao trabalho, que afirma “como valor ético central a *liberdade*, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a *democracia* e o *pluralismo* e, posicionando-se em favor da equidade e da *justiça social* (...)” (Netto, 1996, p. 117), ao expressar no Código de Ética Profissional a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2019, p.16).

O início dos anos 1990 permitiu à categoria profissional e afirmação de um projeto profissional radicalmente crítico à qualquer possibilidade de “humanização do capitalismo”. Um projeto profissional vinculado às lutas da classe trabalhadora por emancipação política e humana, logo, um projeto profissional que se conecta ao projeto societário de ruptura com a ordem burguesa.

As(os) assistentes sociais, no Brasil e no mundo, são as(os) profissionais que, pela natureza da profissão, intervêm nas mais agudas contradições, antagonismos e negações do sentido humano, expressas na mercantilização de todas as dimensões da vida. Todas as estatísticas, mesmo as que tentem maquiagem os dados ao longo da história, revelam a crescente concentração e centralização da renda e da riqueza⁶. Particularmente no Brasil, o historiador Hobsbawm ao referir-se à crescente pobreza e miséria no contexto neoliberal, refere-se ao país como “monumento de injustiça social” (1995, p. 397). Nosso trabalho cotidiano evidencia tais contradições que consubstanciam as expressões da “questão social”⁷.

⁵ Publicado em Romanceiro da Inconfidência (1953).

⁶ A grande mídia anunciou em 2026 o primeiro trilionário do mundo, o empresário Elon Musk (ver em <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2026/06/12/quem-e-elon-musk.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2026). O registro da riqueza (“possível” de ser declarada) dos poucos bilionários *versus* as crescentes desigualdades em todas as partes do mundo tem sido divulgadas anualmente pela Oxfam Internacional, com relatórios publicados por ocasião da reunião anual do Fórum Econômico Mundial de Davos. Com relatórios traduzidos para o português, o acesso a estas informações subsidia a evidência das contradições do atual estágio do capitalismo, o capitalismo financeiro e rentista como nos ensina Iamamoto (2007).

⁷ Marx em *O Capital*, publicado em 1867, explica que o fenômeno da “questão social” se expressa na “(...) lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui

Lembrando Florestan Fernandes (1987), a particularidade da formação sócio-histórica brasileira produz e reproduz desigualdades onde “o ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial [escravista] e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto da mundialização do capital sob a hegemonia financeira.” (Iamamoto, 2007, p. 128).

A realidade concreta da desumanização intrínseca às relações de produção e reprodução social no Brasil, cujo escravismo tardio forjou o capitalismo dependente (Moura, 1994), impõe-se à profissão no enfrentamento de toda forma de violências, preconceitos e discriminações que se manifestam em racismo, sexismo, aporofobia, LGBTQI+fobia, capacitismo, etarismo e demais desvalores⁸.

Da gênese da profissão aos dias atuais, ao longo do tempo e espaço, as expressões da “questão social” se complexificaram aumentando e intensificando a exploração do trabalho e as opressões de toda ordem. Simultaneamente, o mercado de trabalho continua a requisitar o Serviço Social como profissão, “(...) *ao mesmo tempo e no mesmo processo* (...)” (Raichelis, 2019, p. 73).

Não só as expressões da “questão social” se complexificaram, a profissão e as(os) profissionais que a materializam também. A pesquisa recente do CFESS (2022a, 2024a) evidencia a diversidade dos espaços sócio-ocupacionais nos quais trabalhamos e a diversidade de composição de nosso corpo profissional, distribuído em todos os municípios e regiões do país. Os dados atualizados totalizam 254.101 assistentes sociais com inscrição ativa em março de 2026 (CFESS, 2026a).

toda a diminuição no grau de exploração do trabalho (...). E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador.” (Marx, 2013, p. 697). A literatura profissional histórico-crítica inaugurada por Iamamoto & Carvalho (1991) e as organizações da categoria partem destes fundamentos teórico-metodológicos para explicar a emergência da profissão (ABESS/CEDEPSS, 1996; CFESS, 1996; ABEPSS, 2021). Neste sentido, “em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à ‘questão social’ tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio (...)” (Netto, 1992, p. 14).

⁸ A série *Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito*, publicada pelo CFESS desde 2016, tem sido um importante instrumento pedagógico e de orientação da categoria. Nestes 10 anos, foram publicados 10 cadernos: 1 – O que é preconceito; 2 – O estigma do uso de drogas; 3 – Racismo; 4 – Transfobia; 5 – Xenofobia; 6 – Machismo; 7 – Discriminação contra a pessoa com deficiência; 8 – Discriminação contra a população usuária da saúde mental; 9 – Capacitismo; 10 – Discriminação contra a população em situação de rua. Todos os cadernos estão disponíveis em: <https://www.cfess.org.br/publicacao/>. Acesso em: 15 jul. 2026.

Nestes 90 anos, podemos nos perguntar, qual consciência nos distingue das 13 estudantes formadas em 1938 pela Escola de Serviço Social, hoje Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), na primeira turma de assistentes sociais do Brasil?⁹

Quais determinações se colocaram na história e permitiram ao Serviço Social brasileiro a crítica e autocrítica ao projeto conservador que o constituiu e o requisita como profissão na divisão sociorracial, sexual e técnica do trabalho?

Como se explica a singularidade da *virada crítica* do Serviço Social brasileiro, considerando sua gênese confessional, orientada por princípios neotomistas (Iamamoto & Carvalho, 1991; Iamamoto, 1992; Barroco, 2001, Bonetti et al, 2001; Oliveira et al, 2025)?

Em qual contexto sócio-histórico a reconhecida vertente *intenção de ruptura com o conservadorismo*, fundamentada na aproximação à obra marxiana e à tradição marxista (Netto, 1989, 1992), forjou o *projeto ético-político* profissional?

Tal processo é ininteligível sem a análise da conjuntura sócio-política e econômica latinoamericana e mundial do pós-Segunda Guerra Mundial. Os projetos societários em disputa criaram as condições concretas e objetivas que permitiram a emergência do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e seu legado na particularidade brasileira¹⁰.

Consideramos que a inicial aproximação enviesada do Serviço Social à tradição marxista e ao “marxismo acadêmico” (Netto, 1989, 1992), foi enfrentada pela categoria com a produção teórico-metodológica iluminada pela obra marxiana¹¹, fruto da pesquisa que colocou o Serviço Social como objeto de estudo, enfrentando o endogenismo, o teorismo, o economicismo, o politicismo e o culturalismo que continuam a incidir na profissão.

⁹ O clássico livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (Iamamoto & Carvalho, 1991), em sua capa, apresenta a fotografia e em sua contracapa, apresenta a identificação com os respectivos nomes, das 13 primeiras assistentes sociais diplomadas pela então Escola de Serviço Social de São Paulo em 1938.

¹⁰ A literatura profissional tem sido oxigenada pelas pesquisas atuais que recuperaram este processo no continente e o situam no contexto mundial. Ver Yazbek & Iamamoto (2019) e Iamamoto & Santos (2021).

¹¹ “Antes de mais, esta teoria articula-se sobre a perspectiva de totalidade: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade. A categoria da totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nuclear da sua reprodução teórica.” (Netto, 1989, p. 93).

Partimos do princípio que a essência do *projeto ético-político*, teve como base a experiência sócio-histórica do final dos anos 1970 e os anos 1980, possibilitando concretamente a

(...) opção sociopolítica do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo pelo reconhecimento das assistentes sociais como trabalhadoras assalariadas, dos usuários dos serviços sociais como sujeitos de classe, do compromisso profissional com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, da necessária articulação entre projeto profissional e projeto societário emancipatório, o que lhe confere estatuto ontológico. O projeto profissional de ruptura sustenta, no legado marxiano e na tradição marxista, sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de superação da sociedade capitalista de exploração, discriminação e opressão de classe que se configura em sua **direção sociopolítica estratégica**. (Abramides, 2019, p. 81)

Os atuais estudos e pesquisas na área tem reafirmado que este processo teve como fator determinante e impulsionador, a estratégica política de pesquisa do Centro Latinoamericano de Trabalho Social – CELATS (1974 – 1984), órgão acadêmico-científico da Associação Latinoamericana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS e responsável pela edição da Revista *Acción Crítica*, periódico que teve centralidade na difusão de suas respectivas ações e produções¹². Esta possibilidade histórica foi determinante pois também criou as condições de financiamento de pesquisas e de pesquisadoras(es) na área, sendo o “(...) primeiro centro latino-americano de investigação em Serviço Social. Ele surge com *status* de organismo de cooperação técnica internacional (...)” (Iamamoto & Santos, 2021, p. 221)¹³.

Sendo um centro acadêmico-científico criado para fortalecer e fomentar criticamente o Serviço Social no contexto da difusão da Reconceituação, um dos resultados do investimento coletivo foi a pesquisa realizada por Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho e equipe, objetivando o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicado em 1982 pela Cortez Editora (Brasil) e pelo CELATS (Peru). Desde então, este livro clássico tem sido referência

¹² Consuelo Quiroga e Leila Lima Santos, assistentes sociais brasileiras que atuaram na experiência do Método BH, foram diretoras do CELATS e protagonistas centrais na articulação latino-americana e nacional na profissão. O CELATS incorporou o espírito do Movimento de Reconceituação construindo a crítica teórica e política de seus vieses. O histórico pragmatismo empirista foi colocado em ‘xeque’ à partir de uma política de pesquisa com base na realidade latino-americana de capitalismo periférico e dependente (Iamamoto & Santos, 2021; Santos, Moljo, Mendes, 2026).

¹³ Como nos lembram as autoras, “recuperar a memória do CELATS, criado no ocaso do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (...) é uma tarefa inadiável (...)” (Idem).

central para a formação e o trabalho profissional no Brasil e demais países da América Latina.

Tal interpretação teórico-metodológica, baseada no método do materialismo histórico-dialético no contexto da particularidade latinoamericana, permitiu e permite na atualidade, superar o fatalismo, o messianismo e o militantismo que permeou e permeia o universo profissional (Iamamoto, 1992, 1998, 2007).

Tais questões nos permitem o aprofundamento da reflexão e o conhecimento da própria história construída pelas(os) assistentes sociais em suas instâncias representativas, legado e patrimônio profissional às novas gerações.

A exposição do presente texto recupera o processo de institucionalização da profissão no país situando as determinações que convergiram e tornaram o ano de 1979 marco da ruptura com o conservadorismo. A categoria se reinventou e construiu o processo de democratização de suas próprias entidades a partir do seu protagonismo político-organizativo como sujeito coletivo no âmbito do trabalho e da formação profissional. Assim, construindo nova base de sustentação teórico-política e jurídico-normativa, tem enfrentado as circunstâncias reais e concretas do ser classe trabalhadora. As e os assistentes sociais tem revelado *coragem cívica e intelectual*¹⁴, colocando-se como sujeitos da história na defesa do seu *projeto ético-político* profissional no *dever ser* de uma nova sociabilidade.

1. O contexto político-organizativo do Serviço Social brasileiro: a construção do sujeito coletivo

O processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil deu-se no contexto do Serviço Social Tradicional. Os 90 anos de Serviço Social no país tem como marco histórico o ano de 1936 com a criação do primeiro curso na PUCSP. Dez anos depois, com a expansão dos cursos no país, foram criadas as duas primeiras organizações da categoria constituindo-se como sujeitos coletivos: a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – **ABESS** no âmbito da formação profissional, completando em 2026 oitenta anos de efetivo funcionamento (desde 1998 denominada Associação Brasileira

¹⁴ Segundo Netto, “coragem cívica, em primeiro lugar: ‘não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política de nosso tempo (...). Coragem intelectual: (...) não vacilando em reconhecer as dificuldades teóricas que, nesse esforço, expressam a inconclusividade dos nossos conhecimentos (...) tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso (...)” (Netto, 1996, p. 119).

de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – **ABAS**, criada em 1946¹⁵. Ambas organizações foram determinantes para o processo de expansão da profissão no território nacional, coletivização da categoria e seu projeto conservador.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, no contexto de reconstrução mundial e disputa de projetos societários, “A ABAS, que se propõe a 'promover o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão de Assistente Social', tem por fim imediato o reconhecimento da profissão e a defesa de **seus interesses corporativos**.” (Iamamoto & Carvalho, p. 1991, p. 336). Neste espírito, em 1947 sua assembleia aprovou o primeiro Código de Ética aglutinando, conjuntamente com a ABESS, a mobilização pela regulamentação do ensino superior e seu reconhecimento legal.

Os anos 1950, no contexto da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, foram marcados por duas conquistas legais: a promulgação da Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953 que dispôs sobre o reconhecimento legal do ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social; e a promulgação da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, primeira lei que regulamentou o exercício da profissão de Assistente Social.

No contexto dos ventos da Revolução Cubana em 1959 e ascenso das lutas por Reformas de Base no Brasil, em 15 de maio de 1962, o então Ministro do Trabalho e Previdência Social André Franco Montoro, assinou o Decreto do Conselho de Ministros nº 994, regulamentando a Lei de 1957. Entre outras determinações, o Decreto definiu as prerrogativas e atribuições profissionais, criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CFAS/CRAS com atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Assistente Social e de funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional. A partir da criação do CFAS, coube a este elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, definindo-se a obrigatoriedade do registro do diploma, a inscrição nos respectivos Conselhos Regionais e o pagamento da anuidade¹⁶.

¹⁵ A ABAS manteve sua funcionalidade como organização que representou o âmbito do trabalho profissional até 1962 sendo desativada com a implantação do Conselho Federal e Regionais de Assistentes Sociais dada em função da promulgação do Decreto do Conselho de Ministros nº 994, regulamentando a Lei nº 3.252/1957.

¹⁶ O território nacional foi dividido em 10 jurisdições, quais sejam: “Art. 7º Para efeito da Constituição e da jurisdição dos C. R. A. S. fica o território nacional dividido nas seguintes regiões: 1º Região: Amazonas, Pará Territórios do Acre, Rio Branco, Rondônia e Amapá, com sede em Belém; 2º Região: Maranhão e Piauí, com sede em São Luís; 3º Região:

A efervescência política e político-organizativa do início dos anos 1960 foi abruptamente interdita pelo golpe empresarial-militar de 1964¹⁷. Recuperar este momento histórico é fundamental para a análise do presente no qual, os interesses do imperialismo estadunidense e o neocolonialismo continuam a incidir e ameaçar o projeto democrático e a soberania nacional.

Diferente de outros países na América Latina, quando a ditadura empresarial-militar foi instaurada no Brasil, o processo de institucionalização da profissão, seu estatuto legal e reconhecimento como profissão liberal de natureza técnico-científica havia se instituído, porém ainda não se consolidado. Sendo parte do projeto conservador, a institucionalidade do Serviço Social foi funcional ao projeto societário dominante.

Esta base jurídico-normativa se manteve durante a autocracia burguesa, passando a profissão a legitimar o processo de modernização conservadora (Iamamoto & Carvalho, 1991, Iamamoto, 1992; Netto, 1991, 1992). Os dois Códigos de Ética aprovados pelo CFAS neste período, em 1965 e 1975, expressam esta natureza¹⁸.

Contraditoriamente, os 21 anos de ditadura empresarial-militar também foram anos de resistência ao projeto conservador, fora e dentro do Serviço Social, no Brasil e demais países da América Latina (Netto, 1991, 2014). No dizer de Netto (2014) a ditadura oprimiu, reprimiu e deprimiu aqueles e aquelas que resistiam.

Estudantes de Serviço Social e assistentes sociais, na docência e demais espaços ocupacionais, também protagonizaram este processo. Com o objetivo de recuperar a memória da luta e resistência de assistentes sociais que tiveram seus direitos violados pelos órgãos de repressão do Estado, a Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS

Ceará e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza; 4ª Região: Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha, com sede em Recife; 5ª Região: Sergipe e Bahia, com sede em Salvador; 6ª Região: Espírito Santo e Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte; 7ª Região: Estado de Guanabara e Estado de Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro; 8ª Região: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, com sede em Brasília; 9ª Região: São Paulo com sede na Capital; 10ª Região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.” (Brasil, 1962). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretoadoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2026. Sobre a sentido e natureza das anuidades ver CFESS (2017a).

¹⁷ O Documentário “O dia que durou 21 anos” dirigido por Camilo Tavares (2011), é emblemático ao apresentar, com documentos verídicos, depoimentos e imagens o processo e os verdadeiros interesses por traz do financiamento do golpe. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4ajnWz4d1P4>. Acesso em: 06 abr. 2026.

¹⁸ Os cinco Códigos de Ética Profissional do/a Assistente Social no Brasil, aprovados em 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993 estão disponíveis na página do CFESS com acesso em: <https://www.cfess.org.br/legislacao/view/207/codigo-de-etica-profissional-doa-assistente-social-10-edicao>. Acesso em: 20 abr. 2026. Entre as produções que analisam este processo ver Bonetti et al (2001); Barroco (2001) e Barroco & Terra (2012).

coordenou o *Projeto Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura*, dando voz e visibilidade aos processos dolorosamente vivenciados (CFESS, 2017). Honrar a memória destas(es) que foram presas(os), torturadas(os), exiladas(os) e assassinadas(os) é fortalecer a luta e ampliar o legado que deixaram e deixam para a categoria e sociedade brasileira. Não esqueceremos!¹⁹

É fundamental situarmos no chão da história os antecedentes que permitiram posteriormente, na década de 1990, a criação da denominação *projeto ético-político* profissional, visibilizando também os(as) sujeitos individuais e coletivos que a construíram.

Neste sentido, o protagonismo das(os) estudantes de Serviço Social representadas(os) na geração 68 foi determinante, participando da “(...) efervescência das lutas de resistência contra a ditadura militar no Brasil na perspectiva anticapitalista, na direção de um projeto emancipatório (...)” (Abramides, 2023, p. 90). No contexto da pressão dos movimentos revolucionários, o movimento estudantil politizado e unificado às lutas da classe trabalhadora foi e é determinante no processo de ruptura com o conservadorismo Netto (1991), Ramos & Santos (1997), Serra (2007), Braz & Matos (2008).

Ao mesmo tempo que a autocracia burguesa no Brasil acentuou seu poder opressivo, as lutas e resistências se ampliaram dentro e fora do país, aglutinando forças na solidariedade democrática entre a classe trabalhadora, nacional e internacional. Sem dúvidas, a unidade contra a ditadura empresarial-militar e construção do projeto democrático, para o Brasil e demais países latino-americanos, pavimentou a luta pela unidade de diferentes forças sociais e segmentos.

2. A conjuntura latino-americana e a *virada* nas organizações da categoria: a consciência de classe

A crítica e autocrítica profissional começou a ganhar visibilidade na realização do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre em 1965, marco do Movimento de Reconceituação, “(...) movimento de crítica ao Serviço

¹⁹ Sugiro acessar ao livro com depoimentos (CFESS, 2017) e assistir ao vídeo produzido pelo CFESS no Projeto *Serviço social, memórias e resistências contra a ditadura*, dando visibilidade à vivência de assistentes sociais que protagonizaram a luta. *Não nos esqueceremos!* em referência à poesia da assistente social Daniela Castilho, inspiração apresentada no vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFEo29Aqcn8>. Acesso em: 10 abr. 2026.

Social que apontava a necessidade de transformação radical da profissão e da sociedade (...)" (Lopes, 2025, p. 3).

Este ano também foi o ano de criação da Associação Latinoamericana de Escolas de Serviço Social - ALAESS²⁰. Este foi o marco inicial do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina que, como movimento organizado, foi até 1975, estendendo-se em alguns países até 1980 (Iamamoto, 2025; Iamamoto & Santos, 2021; Netto, 1991). Muito se produziu sobre este período e muito ainda se tem para desvendar, buscando os nexos dos processos que conectam o protagonismo de assistentes sociais às lutas sociais emancipatórias²¹.

No Brasil, logo após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, registrou-se a primeira experiência de proposta Reconceituada, expressa no projeto da Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais – UCMG em Belo Horizonte, conhecido como Método BH. A pesquisa histórica tem evidenciado o vigor e a potencialidade das lutas empreendidas naquele momento por estudantes, professores e demais profissionais na construção do novo projeto acadêmico e profissional. Esta experiência marcou e continua a reverberar na categoria (Batistoni, 2021; Mendes, 2025).

A ação, individual e coletiva, registrada em inúmeras experiências, foi dando vida ao legado da Reconceitualização no Brasil e demais países da América Latina. Sua inspiração tem formado novas gerações profissionais de assistentes sociais ao longo do tempo, cuja ação

(...) floresce e se desenvolve em *Nuestra América*, expressando um arco de forças acadêmicas e políticas que colocam em questão o Serviço Social vigente: suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos, organização e formação

²⁰ A ALAESS foi criada em 1965 com 12 países, em Lima, no Peru, durante o V Congresso Pan-Americano de Serviço Social organizado pela Organização dos Estados Americanos - OEA. Em 1977 passou a denominar-se Associação Latinoamericana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS, sendo refundada em 2006 e passando a denominar-se Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social – ALAEITS. Desde sua criação, foram realizados 24 Seminários Latinoamericanos de Escolas de Serviço Social. A ABESS/ABEPSS é filiada à ALAESS/ALAETS/ALAEITS, tendo a representação brasileira em sua diretoria em três gestões: Seno Cornely (PUCRS) presidente na gestão 1977 a 1980; Josefa Batista Lopes (UFMA) vice-presidente na gestão 1983 a 1986 e presidente na gestão 1986 a 1990; Ana Elizabete Mota (UFPE), presidente na gestão 2006 a 2009, primeira gestão após sua refundação (ABEPSS, 2003; Lopes, 2025). A ALAEITS e o conjunto de associações nacionais da região são filiadas à Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social – AIETS, criada em 1928. Esta representa a organização política da categoria no âmbito da formação profissional no mundo. Sobre a AIETS ver: <https://www.iassw-aiets.org/about/>. Acesso em: 13 jun. 2026.

²¹ A pesquisa mais recente e que reúne países da América Latina em interlocuções internacionais está publicada em Iamamoto & Santos (2021). A pesquisa “Serviço Social na História: Questão Social, movimentos sociais e lutas sociais na América Latina (1960-2020)” tem produzido avanços nesta análise, envolvendo demais pesquisadores(as) com novas publicações.

profissional. A unidade daquele movimento se condensa na construção de um Serviço Social inscrito na história latino-americana, contrário à importação de teorias e métodos alheios à nossa cultura ante a necessidade de atribuir um caráter teoricamente sólido à atividade profissional junto aos “oprimidos” e pela “transformação social”, desmontando-se a pseudoneutralidade político-ideológica de assistentes sociais.” (Iamamoto, 2025, p. 113)

A coragem da geração 68, com estudantes e profissionais organizadas(os) politicamente, comprometidas(os) com os valores democráticos e a liberdade, atuando na legalidade e na clandestinidade, dentro e fora do país, foi determinante para tecer a fibra que resistiu ao arbítrio e ao autoritarismo. Hoje, tem sido a chama que continua a enfrentar o ultraneoliberalismo e o conservadorismo que alimenta a extrema-direita mundial (Mota, 2025).

O aparato repressivo do Estado brasileiro, seu sistema de inteligência e vigilância consubstanciado no Sistema Nacional de Inteligência – SNI e demais órgãos a serviço da repressão, rastreou e monitorou as(os) assistentes sociais no seu exercício profissional²². A atual possibilidade de acesso aos arquivos da ditadura empresarial-militar, viabilizado pela digitalização de documentos e publicização dos mesmos no Portal Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional²³, tem sido uma fonte fecunda para pesquisa histórica e revelação de processos até hoje ocultados pela repressão. O direito à memória e à verdade reconhecidos como direito humano e política de Estado são fundamentais pois a “(...) memória é um bem público que se encontra na base do processo de construção da identidade social, política e cultural de um país” (Stampa & Rodrigues, 2014, p. 40).

No Brasil, a ferida aberta pela ditadura empresarial-militar continua a sangrar e, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”²⁴, cabe-nos, no presente e

²² O terrorismo de Estado, promovido nos demais países da América Latina, também produziu solidariedade internacional na luta e resistência contra as ditaduras. Várias iniciativas na promoção do direito à memória e à verdade foram realizadas na construção da chamada justiça de transição, neste âmbito foi criada a Comissão Nacional da Verdade, a Lei de Acesso à Informação e o Projeto Memórias Reveladas. Mesmo com atraso, o marco deste processo em nossas terras foi o “V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), de 26 a 31 de janeiro de 2005, quando foi debatida a importância dos arquivos no Brasil e na América Latina, bem como sobre sua função estratégica na garantia de direitos humanos fundamentais. (...) levantamentos preliminares, realizados pelo Arquivo Nacional, já apontavam que o Brasil era o detentor do maior acervo documental sul-americano sobre a repressão política na segunda metade do século XX (...)” (Stampa & Rodrigues, 2014, p. 29).

²³ O acesso ao Banco de Dados Memórias Reveladas está disponível em: <https://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp>. Acesso em: 10 abr. 2026.

²⁴ Em 2025 o livro “Brasil: Nunca Mais” fez 40 anos! Organizado por dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo da diocese de São Paulo, pelo reverendo James Wright, pastor da Igreja Presbiteriana e pelo rabino Henry Sobel, o livro foi um marco na defesa dos direitos humanos e denúncia dos crimes realizados nos “porões da ditadura”, reunindo documentação comprobatória de tortura e assassinatos cometidos pelo Estado, informações disponíveis em:

futuro, desvendarmos e nos apropriarmos do legado de resistência daquelas(es) que vieram antes e deram suas vidas na luta pela democracia substantiva. Segundo Iamamoto “a visibilidade a essa resistência coletiva no universo do Serviço Social também pode ser apreendida pelo seu contrário: o que foi escondido e silenciado por meio de vigorosa vigilância (...)” (2025, p. 37).

A nova consciência profissional que foi produzida em contexto repressivo e regressivo, não se deu de forma endógena e/ou corporativista. Pelo contrário, o envolvimento orgânico das(os) assistentes sociais com as lutas da classe trabalhadora naquela conjuntura produziu dialeticamente, a partir das contradições que lhe são intrínsecas, a apreensão do *significado social da profissão*²⁵.

A dimensão política do trabalho profissional foi escancarada, criando-se as condições objetivas que forjaram a *possibilidade ética de escolhas entre alternativas*. A dimensão ético-política frente à realidade se colocou concretamente, individual e coletivamente (Barroco, 2001; Bonetti *et al*, 2001).

Se de 1964 a 1969 a Igreja Católica não se posicionou criticamente frente ao terrorismo de Estado, com a intensificação dos crimes da ditadura empresarial-militar e reiteradas denúncias nacionais e internacionais, a partir dos anos 1970 passou a se posicionar frente às violações de direitos humanos. Segundo Netto “O primeiro desses hierárquicos a fazê-lo foi dom Paulo Evaristo Arns (...) denunciava a tortura a que foram submetidos pela repressão, em janeiro daquele ano, dois de seus colaboradores, o padre italiano Giulio Vicini e a assistente social Yara Spadini” (2014, p.174).

Os depoimentos de assistentes sociais que tiveram seus direitos violados e os documentos dos arquivos da ditadura são substantivos em evidenciar, que de norte a

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/destaques/40-anos-do-livro-brasil-nunca-mais>. Em 1976 foi criado o Grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, “ainda como um movimento clandestino de luta pela democracia. Idealizado por ex-presos, perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, o GTNMSP se tornou uma organização social apenas em 1987”, conforme informa seu site disponível em: <https://torturanuncamais.com.br/sobre/>. Os grupos Tortura Nunca Mais se expandiram em outros estados do país, sendo atuantes na defesa dos direitos humanos por verdade, justiça e reparação até os dias de hoje. Em uma conjuntura em que vemos o golpe empresarial-militar de 31 de março de 1964 ser celebrado, com o objetivo de apagar e reescrever a história brasileira, é fundamental que as forças democráticas reafirmem todos os dias a luta contra o arbítrio e o autoritarismo: “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”!

²⁵ Iamamoto inaugura a interpretação teórico-metodológica “(...) no esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. (...) Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (Iamamoto & Carvalho, 1991, p. 71/72).

sul do país, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, parte da categoria construiu a resistência à autocracia burguesa e a luta pelas liberdades democrática em conjunto com demais trabalhadores(as), muitos(as) anônimos(as) (CFESS, 2017; Iamamoto, 2025).

A crise econômica mundial exacerbou-se, intensificando-se a repressão nos anos 1970. O “milagre econômico” deu sinais de esgotamento gerando o “desastre econômico-social” (Netto, 2014, p. 214). Diferentes movimentos e sujeitos passaram a denunciar a carestia e o alto custo de vida no país²⁶. A partir de 1977/78 o movimento operário e sindical organizado, entrou em cena reivindicando aumento de salários culminando com o início da greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, iniciada em 13 de março de 1979, estendendo-se pela região do grande ABCD paulista. O processo iniciado não teve volta, pelo contrário, contou com apoio de amplos setores da sociedade e da Igreja Católica (Souza, 1981; Abramides & Cabral, 1995; Serra, 2007; Netto, 2014, Iamamoto, 2025; Borges et al, 2026).

Ao mesmo tempo, o movimento estudantil brasileiro historicamente foi protagonista chave na luta contra a repressão e o arbítrio. Neste contexto mais amplo, desde a década de 1960, estudantes de Serviço Social estiveram nas fileiras da resistência. Alguns participaram do Congresso da UNE em Ibiúna em 1968, contribuindo para, na década de 1970, forjar o nascimento do movimento estudantil na área cujo marco foi o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS realizado em Londrina em 1978 (Abramides & Cabral, 1995; Braz & Matos, 2008; Braz & Teixeira, 2009; VvAa, 2009; CFESS, 2017; Abramides, 2019, Abramides, 2023).

As tensões vivenciadas no período no contexto universitário envolviam estudantes, professoras(es), servidoras(es) que, sob diferentes influências teórico-políticas, disputavam o projeto societário. É emblemático que recuperemos historicamente o posicionamento da profa. Nadir Gouvêa Kfourir, assistente social formada na primeira turma e primeira mulher a ser reitora da PUCSP de 1976 a 1984.

²⁶ O relato de Luiza Erundina de Souza, assistente social e, desde então, liderança da categoria e sociedade, registra que “diversos movimentos populares foram surgindo para reivindicar políticas públicas destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, entre outros, o movimento contra a carestia; a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos e pela posse da terra que ocupavam; o movimento das mulheres por creches públicas; e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, e que os tornaram sujeitos políticos, construtores da sua própria história.” (Serra, 2007, p. 185).

Sob o terrorismo de Estado, quando da reorganização do movimento estudantil na realização do III Encontro Nacional de Estudantes articulado pela UNE em 1977, em São Paulo, Nadir Kfoury protagonizou publicamente a resistência democrática no contexto da violenta invasão policial na PUC, durante Ato Estudantil. Diante do então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias, “conta-se que ela teria dito ao coronel ao encontrá-lo: ‘não dou a mão a assassinos’. Conta-se também que quando o coronel pediu que ela se identificasse, ela teria respondido: ‘a casa é minha. Identifique-se o senhor’.”²⁷.

É neste contexto que em 1979, a categoria mobilizada coletivamente, tanto em suas entidades representativas, particularmente no âmbito sindical e da formação profissional, quanto com demais organizações e movimentos, entre eles o movimento estudantil, deu um salto qualitativo, um verdadeiro giro político, explicitando a direção social de sua consciência de classe e seu processo político-organizativo enquanto parte da classe trabalhadora²⁸.

O contexto de efervescência político-econômica e organizativa vivido naquele momento foi marcado por quatro fatos específicos que consideramos, tornaram-se marcos históricos que convergiram no processo de ruptura com o conservadorismo na formação e no trabalho profissional no Serviço Social brasileiro:

- a realização do Encontro Nacional de Capacitação Continuada, promovido pelo CELATS, realizado em **agosto de 1979**, no Colégio Assunção em Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro²⁹. Este encontro foi estratégico na construção da consciência teórico-político-organizativa da categoria no país (Iamamoto,

²⁷ O Documentário ABEPSS 70 anos, disponível https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLIw, recupera o processo histórico da entidade e registra este momento, nacionalmente divulgado pela grande mídia, ganhando repercussão internacional. Sobre a invasão policial na PUCSP em 1977, ver também detalhado registro documental disponível em <https://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-invasao.html>.

²⁸ Importante destacar que, sendo uma das categorias representadas na Comissão Permanente de Mobilização, com o objetivo de apoiar os(as) trabalhadores(as) em greve, no ABCD paulista, as(os) assistentes sociais participaram e estiveram representadas(os) pela Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo – APASSP do grande ato político que foi o 1º de Maio Unificado, realizado em 1979, no Estádio de Vila Euclides em São Bernardo do Campo (Souza, 1981).

²⁹ “Respecto a la problemática organizativa de la profesión, los grupos reconocen la existencia de los hechos: uno primero relacionado al precario nivel organizativo de la categoría profesional y uno segundo ligado a la constatación de la existencia en el momento actual, de una revitalización de las organizaciones de carácter representativo. (...) Finalmente, otra reocupación suscitada por los grupos estuvo relacionada al hecho de que una organización profesional debe ser democrática posibilitando la manifestación de las diferentes tendencias existentes actualmente al interior del Trabajo Social en el Brasil. La mayoría de los organismos profesionales existentes en el país tienen un carácter corporatista y lejos de significar instancia de debate realmente democrático, se constituyen en un entrabe a la participación efectiva de los profesionales.”. O registro deste Encontro foi realizado por Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho e Leila Lima e publicado na Revista Acción Crítica nº 6 em dezembro de 1979.

Carvalho, Lima, 1979; Souza, 1981; Abramides & Cabral, 1995; Abramides, 2019; Serra, 2007)³⁰.

- a realização da XXI Convenção Nacional da ABESS na cidade de Natal (RN), **de 02 a 06 de setembro de 1979**. Após intensos e tensos debates realizados nas Convenções de 1973, 1975 e 1977, em Natal foi aprovado o novo projeto de formação profissional, sendo posteriormente enviado ao MEC, culminando com a aprovação do Parecer 412/1982 que definiu o novo Currículo Mínimo para os Cursos de Graduação em Serviço Social no país (Bravo et al, 2019; Mendes, 2025);
- a publicação da primeira edição da *Revista Serviço Social & Sociedade* pela Cortez Editora em **setembro de 1979**, apresentando em seu Editorial o objetivo de “(...) contribuir para que Assistentes Sociais se unam cada vez mais enquanto categoria profissional, assumindo em linha de frente com outras categorias profissionais, as lutas mais gerais do povo brasileiro (...)” (VvAa, 1979, p. 4)³¹. O primeiro texto desta edição da Revista foi assinado pelo CFAS, chamando-nos a atenção para as contradições e disputa de projetos no interior do Conselho Federal naquela conjuntura (CFAS, 1979).
- a realização do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Social em São Paulo de **21 a 23 de setembro de 1979**, que criou a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS³² (Souza, 1981; Abramides & Cabral, 1995; Abramides, 2019) e;

³⁰ Segundo depoimento de Regina Marconi Franco, à época assistente social no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) no Rio de Janeiro, “o seminário concluiu que a mudança dos rumos do Serviço Social no Brasil dependia da construção de uma organização nacional, sustentada pela participação efetiva da base e de uma alteração no currículo do ensino profissional para a formação de um novo perfil capaz de apropriar-se de instrumentos de análise e de formular intervenções adequadas a uma nova postura. Ali, estava presente parte dos assistentes sociais que viriam a ser lideranças nacionais nos anos seguintes.” (VvAa, 2012, p. 39).

³¹ A Cortez Editora, com a publicação de livros e seu periódico *Revista Serviço Social & Sociedade*, teve papel determinante no nascedouro, desenvolvimento e consolidação do *projeto ético-político* profissional com participação orgânica junto à categoria. Desde 1979 atua como veículo de difusão do conhecimento produzido na área. Em 2009, por ocasião dos 30 anos do Congresso da Virada e da Revista Serviço Social & Sociedade, na publicação da edição número 100, seu fundador, proprietário e editor, José Xavier Cortez (*in memoriam*), em Nota, registrou a histórica articulação, a partir das assistentes sociais professoras da PUCSP, afirmando que “oferecer um espaço de formação crítica aos estudantes, profissionais e professores da área tornou-se um imperativo para a Editora, uma vez que, naquele contexto, a censura interditava a importação de matéria crítica estrangeira e a escassez de publicações especializadas exigia um posicionamento em prol da área e a favor de sua renovação”. (VvAa, 2009, p. 597).

³² Vindo de um processo crescente de mobilização desde 1978 com a realização do I Encontro de Entidades Sindicais em Belo Horizonte (MG), a CENEAS foi criada no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, evento que ocorreu previamente ao III CBAS. A deliberação do III Encontro, com representação de 15 estados, foi por uma intervenção política conjunta no III CBAS, por meio da CENEAS cuja coordenação ficou sob responsabilidade da Associação

- a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, de **23 a 28 de setembro de 1979** na cidade de São Paulo (SP), promovido pelo CFAS/CRAS, o histórico *Congresso da Virada* que, ao final, publicamente constituiu como mesa de honra “Todos os trabalhadores brasileiros, aqueles que lutaram pelas liberdades democráticas” (Abramides & Cabral, 1995; Abramides, 2019; Silva, 2019; VvAa, 2009; VvAa, 2012; Iamamoto, 2025).

Sem dúvidas, o III CBAS constituiu-se como o grande marco histórico de maior visibilidade pública e alcance, para dentro e para fora da categoria, do projeto de ruptura com o conservadorismo, explicitando seu compromisso ético-político com os interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, é fundamental ampliarmos a análise das conexões e nexos existentes entre estes fatos que revelam diferentes sujeitos, individuais e coletivos, para situarmos as determinações particulares e apreendermos a totalidade do processo que permitiu, na década de 1990, constituirmos o *projeto ético-político* profissional.

Os marcos históricos apresentados acima ocorreram num mesmo movimento sócio-histórico convergindo sua realização no ano de 1979. Todos eles, na sua especificidade, significaram a “virada” do Serviço Social incidindo no âmbito do trabalho e da formação profissional, ao mesmo tempo na produção e disseminação do conhecimento. A literatura profissional tem se debruçado sobre estes processos e aqui, reafirmamos a importância de não serem analisados separadamente. Constituem parte de um mesmo contexto e movimento real que envolveu diferentes sujeitos profissionais, em diferentes territórios e regiões, em organizações político-profissionais de naturezas distintas, porém, unificados em um projeto profissional comum³³: uma nova consciência de classe, assistentes sociais comprometidas(os) com a

Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo - APASSP. Sua existência será até 1983, por ocasião da criação da ANAS na I Assembleia Nacional Sindical de Assistentes Sociais (Souza, 1981; Abramides & Cabral, 1995).

³³ Lembrando Netto “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. (Netto, 1999, p. 95)

democratização das relações sociais no país e com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Tais processos não “brotaram” espontaneamente. Foram a resultante de um processo de articulação teórico-política, parte de um projeto estratégico, coletivo e planejado. Podemos considerar dois vetores determinantes: o processo político-organizativo das entidades sindicais de assistentes sociais em sua vinculação com o novo sindicalismo e o processo sistemático das formações do CELATS³⁴ articulando trabalho e formação profissional. O apoio técnico e financeiro da entidade foi determinante, além de assessoria por meio de diretores(as) que “(...) buscavam assegurar a articulação brasileira (...) especialmente sobre a natureza política e experiências de Serviço Social no contexto do Movimento de Reconceituação.” (Bravo *et al*, 2019, p.66).

O protagonismo da categoria na construção de sua própria organização sindical classista caminhou simultaneamente ao desenvolvimento de uma nova consciência política de participação cidadã e democrática com a “identidade do assistente social, como trabalhador que vende sua força no mercado de trabalho da mesma forma que os demais trabalhadores (...)” (Serra, 2007, p. 187).

O Seminário Nacional que celebrou os 30 anos do III CBAS é rico na apresentação de depoimentos e análises do Congresso que mudou a história e o futuro profissional (CFESS, 2009; 2012a). Ao mesmo tempo, é fundamental apreendê-lo na historicidade dos Congressos Brasileiros realizados pela categoria no país.

Iamamoto (2025), por ocasião dos 50 anos dos CBAS, evidenciou o processo político-organizativo da categoria desde 1974, demonstrando de forma didática e contundente, novos achados da pesquisa histórica na apreensão do sentido destes Congressos e significado do III CBAS em 1979.

Segundo Iamamoto, até então “as(os) assistentes sociais aprisionadas(os) por fios invisíveis às malhas do poder permanecem na sombra do poder ditatorial. É como

³⁴Segundo relato de Regina Marconi Franco, assistente social, docente e líder sindical no período, “(...) um marco é o Encontro Nacional do CELATS, em agosto de 1979, realizado no Colégio Assunção, em Santa Teresa. Naquele momento, o contato entre experiências, sistematizações, Associações Profissionais e Sindicatos, mestrados, docentes e profissionais gerados na luta contra o sistema político ditatorial permite a eclosão de um movimento também em 1979, que passa pela criação da CENEAS e vai desembocar no III CBAS. (...) Nós, que éramos tão dispersas durante os anos 70, tão poucas nas colinas de Santa Teresa em 79, nos tornamos, enquanto durou, um dos movimentos de categoria mais fortes e atuantes na redemocratização deste país” (Serra, 2007, 187/188).

se a categoria de assistentes sociais estivesse socialmente “anestesiada” ante os dramas da vida cotidiana da maioria de trabalhadores (...)” (2025, p. 118).

No III CBAS, as(os) 3000 (três mil) participantes, assistentes sociais e estudantes de todo o país, explicitaram a ruptura com este processo. O germe da consciência de classe ganhou consciência coletiva e visibilidade pública.

1979 foi ano emblemático nas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que convergiram e se entrecruzaram entre si, para a sociedade brasileira e nesta, para o Serviço Social (Iasi, 2012). Este também foi o ano em que se aprovou a Lei da Anistia! A transição lenta, gradual e segura, negociada com os setores dominantes, sangra ainda hoje, ocultando a verdade sobre os crimes da ditadura e a não criminalização de seus mandantes.

A entrada da categoria nos anos 1980 será de grande mobilização e resistência, de construção de estratégias comuns e coletivas de enfrentamento, a partir dos espaços e locais de trabalho, forjando a unidade política do projeto profissional em curso e o processo de redemocratização do país.

A sustentação do projeto ético-político e a unidade trabalho e formação profissional em Serviço Social

O processo de transição democrática vivenciado na sociedade brasileira também foi protagonizado pela categoria na luta pela democratização dos sujeitos coletivos que a representam e cuja institucionalização se deu no contexto do projeto conservador, particularmente na ABESS e CFAS/CRAS, atuais ABEPSS e CFESS/CRESS. A participação política ativa de assistentes sociais que lutaram e lutam pelas liberdades democráticas, produziu um movimento ao mesmo tempo interno e externo, ampliando a participação política no âmbito das entidades e a partir delas, incidindo na sociedade e forjando a democratização das próprias entidades, construindo a *relativa autonomia*³⁵ profissional. Sendo um processo dialético e permanente, ao longo do tempo tem evidenciado avanços inegociáveis.

No âmbito da formação profissional, docentes e estudantes passaram a reivindicar maior participação nas Convenções e Assembleias da ABESS. Em 1981 o

³⁵ “Sintetizando: a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo (...). A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais (...)” (Iamamoto, 2007, p. 220).

estatuto da entidade foi alterado ampliando-se a participação interna de estudantes, professoras(es) e profissionais supervisoras(es) de campos de estágio³⁶.

Integrando-se ao sistema nacional de pós-graduação no ano de 1972 com os primeiros cursos de mestrado na área, na PUC-Rio e PUC-SP, nesta, em 1981, foi criado o primeiro curso de doutorado. No mesmo período o Serviço Social teve seu reconhecimento como área de conhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (CAPES, 2025).

A gestão da ABESS (1985 – 1987), efetivando proposta da entidade aprovada na sua XXIV Convenção realizada em Niterói (RJ), em 1985, num esforço de cooperação encontrado na Cortez Editora, em 1986 deu início à série *Cadernos ABESS*. Refletindo a luta por hegemonia no interior das universidades, a apresentação da primeira edição expressa a direção social e o conteúdo do projeto de formação em disputa:

repensar o Serviço Social face às particularidades históricas da sociedade brasileira e do contexto latino-americano. Trata-se da busca de um projeto profissional crítico que, respaldado na melhor herança clássica e contemporânea do pensamento social na modernidade, seja capaz de responder aos desafios colocados pela História à profissão como atividade inscrita na divisão social do trabalho, seja do ponto de vista do desvelamento da sociedade, da identidade da própria profissão e das respostas teórico-práticas no âmbito profissional que se desdobram em elementos impulsionadores do movimento de superação desse modo de organização da vida e do trabalho em sociedade. (ABESS, 1993, p. 4)

O projeto de formação estava em seu embrião e sua implementação exigiu grande esforço teórico-político de articulação, não apenas entre sujeitos mas também de instituições educacionais e universitárias em todos os níveis de representação. Como estratégia de articulação no âmbito da pesquisa e pós-graduação, na XXV Convenção Nacional da ABESS realizada em Fortaleza (CE) em 1987, foi criado o Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS, fruto da visão estratégica de fortalecimento da área como área de produção de conhecimento.

Em 1998 a Assembleia Geral da entidade aprovou a incorporação do CEDEPSS à então ABESS, passando pela mudança estatutária que inaugurou a articulação entre as

³⁶ O novo estatuto aprovado na XXII Convenção da ABESS realizada em Vitória (ES), definiu “(...) composição paritária de professores e estudantes, garantindo a participação dos supervisores ou professores de prática”, processo que vinha dos anos 1970. (Bravo et al, 2019, p. 68).

formações de graduação e pós-graduação. Esta passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, com eleições a cada dois anos, mantendo e ampliando as conquistas de participação democrática de estudantes de graduação e pós-graduação em todos os âmbitos e de supervisores(as) de campo de estágio nas regionais³⁷.

A luta pelo reconhecimento da área pelas agências de fomento foi historicamente uma ação estratégica tendo em vista não apenas o *status* acadêmico-profissional, mas também a possibilidade de acesso a financiamentos para pesquisas e pesquisadoras(es). Embora o baixo investimento e financiamento público na área, a inserção e consolidação do Serviço Social no Sistema Nacional de Pós-Graduação foi e é determinante para a elevação da qualificação docente e produção do conhecimento no país e além de suas fronteiras. Atualmente a área conta com 38 Programas de Pós-Graduação, sendo 38 mestrados e 23 doutorados (CAPES, 2025).

Desde 1979, com gestões eleitas nas Assembleias Gerais da entidade com mandato de dois anos, a ABEPSS/ABEPSS como sujeito coletivo que coordena nacionalmente a formação profissional no país, tem enfrentado os processos de contrarreforma da educação superior de forma a enfrentar os desafios conjunturais e ao mesmo tempo construir o *dever ser* do perfil profissional, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação, situando o projeto profissional ao projeto societário revolucionário.

No âmbito do trabalho, nos anos 1980, foi intensa a mobilização pela democratização do Conselho Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS). Vinculados ao Ministério do Trabalho, desde 1962, quando de sua criação, o processo eleitoral para o Conselho Federal era indireto. A composição do Federal e dos Regionais desde o início tem sido de 18 conselheiras(os) com mandatos de 03 (três) anos. As(os) assistentes sociais com suas responsabilidades legais regularizadas votavam apenas para a diretoria do respectivo Conselho Regional. A partir de 1987 as eleições passaram

³⁷ Desde sua criação em 10 de outubro de 1946, a entidade constitui-se como uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, de natureza acadêmico-científica, de âmbito nacional e duração indeterminada. A Assembleia que aprovou a atual nomenclatura foi realizada em 10 de dezembro de 1998 em Brasília. Seu estatuto está disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/textos/arquivo_201903221439271525620.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

a ser diretas, possibilitando às(aos) assistentes sociais votarem diretamente para o âmbito Federal e Regionais³⁸.

A participação política da categoria tem sido determinante para democratizar os sujeitos coletivos que constituem suas organizações profissionais. No âmbito do movimento estudantil, com a reorganização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS em 1978 e depois da rearticulação da UNE, em 1988 foi organizada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE - SESSUNE, passando a constituir a representatividade do movimento estudantil nos espaços da categoria e sociedade. A atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, foi criada em 1993, sendo protagonista na participação política em torno do projeto de formação profissional que foi sendo forjado (Ramos & Santos, 1997; Braz & Matos, 2008; VvAa, 2009).

No âmbito da organização sindical a intensa mobilização da categoria no país promovida pela CENEAS (1979 – 1983) no contexto do *novo sindicalismo*, culminou com a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS em 1983, mesmo ano em que foi criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT³⁹.

Ainda sob a liderança da CENEAS com assessoria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre os anos de 1979 e 1982, foi realizada a primeira pesquisa nacional sobre o mercado de trabalho, fruto da deliberação do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Social, realizado em Belo Horizonte (MG) em 1978.

Sob a liderança da ANAS, em 1983, foi desencadeada “a luta nacional por Condições de Trabalho, Salário e Carga Horária das Assistentes Sociais inscrita no projeto de Lei n. 4.645/1984.” (Abramides, 2019, p. 83). Esta pesquisa mobilizou os sindicatos

³⁸ O direito de votar e ser votada(o) é um dos direitos inalienáveis da(o) assistente social. Os Códigos Eleitorais passados definiam que o voto era presencial e/ou por correspondência. Atualmente, em 2025 foi aprovada nova Resolução com novo Código Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS mantendo o voto direto, secreto, não obrigatório, com quórum mínimo de 10% do número de profissionais ativos e realizado de forma totalmente *online*. Ver Resolução CFESS nº 1.117/2025, disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/5372/1117-2025.pdf>. Conforme Ata da Comissão Nacional Eleitoral, as eleições ordinárias para a gestão 2026/2029 contaram com um total de 147.119 assistentes sociais habilitados no sistema de votação. A participação total atingiu 27.449 votantes para as novas gestões do conjunto CFESS/CRESS. Disponível em <https://www.cfess.org.br/uploads/pagina/5691/Ata-ResultadoEleicoes2026-RelatorioApuracao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

³⁹ A pesquisa deste processo revela que “A inserção no sindicalismo classista e de lutas, nos anos 1980, possibilitou organização e politização significativas da classe trabalhadora, aí inscritas as assistentes sociais que, sem dúvida alguma, desempenharam um papel importante em sua própria organização política, mas também no conjunto das lutas mais gerais, contribuindo com a fundação da CUT (...) a perspectiva classista da CUT passa por um giro, nos anos 1990, de abandono gradativo do sindicalismo de lutas, de ação direta das massas (...)” (Abramides, 2019, p. 45).

no processo de incidência política no parlamento sendo o referido PL aprovado na Câmara Federal, porém o mesmo foi vetado em 1986 pelo então presidente José Sarney⁴⁰.

Segundo estudos e pesquisas de Abramides & Cabral (1995) e Abramides (2019), em 1988 existiam 28 Sindicatos de Assistentes Sociais filiados à ANAS e à CUT, com uma pauta de reivindicações e lutas unificadas. O debate sindical e a construção democrática de seu processo organizativo geraram intensas e tensas lutas no interior da classe trabalhadora, “a CUT, em 1986, deliberou sobre a nova estrutura sindical a ser construída pelos trabalhadores, que previa a extinção dos sindicatos por categoria profissionais e a construção de sindicatos por ramo de atividade econômica.” (Abramides, 2019, p. 98).

A legitimidade da ANAS junto à categoria, como entidade sindical de natureza classista, num contexto de construção de nova estrutura sindical, em sua IV Assembleia Nacional Sindical em 1989, encaminhou a proposta da CUT. Após intensos debates, a ANAS aprovou o fim dos seus sindicatos e a inserção das(os) profissionais nos sindicatos por ramo de atividade. Esta decisão implicou sua própria extinção:

As únicas entidades sindicais de categoria profissional que se extinguíram foram as entidades sindicais de assistentes sociais – a ANAS como a legítima federação das assistentes sociais, autônoma e independente do Estado, e 23 dos 28 sindicatos existentes, em 1994, e todos eles filiados à CUT. Embora outras categorias profissionais deliberassem em suas instâncias sindicais nacionais, por extinguir seus sindicatos e federações, acabaram por não fazê-lo. (Abramides, 2019, p. 101)

Os cinco sindicatos remanescentes, mantendo a estrutura sindical corporativista, em 2000, fundaram a Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, construindo um caminho diferente da deliberação histórica da categoria que

⁴⁰ Registra-se que a possibilidade histórica de aprovação da Lei nº 12.307/2010, sancionada pelo presidente Lula da Silva, regulamentando as 30h de jornada de trabalho semanal sem redução de salário foi fruto do acúmulo histórico deste período de lutas da categoria. Sobre este processo ver vídeo *Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais* produzido pelo CFESS (2011), disponível em: <https://www.cfess.org.br/midia-video/view/11/direito-se-conquista-a-luta-dos-as-assistentes-sociais-pelas-30-horas-semanais>. Acesso em: 15 jul. 2026. A luta continua! Em 14 de abril de 2026 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou os pareceres favoráveis ao Projeto de Lei 1827/2019, que institui o piso salarial para assistentes sociais e ao Projeto de Lei 2635/2020, que estende a jornada de 30h semanais para assistentes sociais estatutários(as). O PL do Piso Salarial foi aprovado pela Câmara dos Deputados, estando em tramitação no Senado Federal. O PL que dispõe sobre a aplicação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para estatutários(as) está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC na Câmara dos Deputados.

encaminhou a estratégica da organização sindical por ramo de atividade econômica⁴¹. Esta decisão, situada historicamente, dialoga com o tempo presente de intensa fragmentação e desproteção da classe trabalhadora.

O processo de precarização das relações e condições de trabalho tem se intensificado, afetando diretamente as(os) assistentes sociais, ampliando a desproteção dos básicos direitos trabalhistas (Raichelis, Vicente, Albuquerque, 2018).

Neste contexto, segundo Abramides, “do ponto de vista sindical, a categoria cumpriu sua organização e avançou para a inserção nos sindicatos gerais e ramos de atividade econômica, porém esta transitoriedade, ainda inconclusa, apresenta um conjunto de desafios a serem enfrentados (...)” (Abramides, 2019, p. 259). Tais desafios estão recolocados na atual conjuntura sócio-histórica na afirmação do projeto profissional que não se confunde com a natureza jurídica das respectivas organizações nem se coloca em disputa entre si.

O processo político-organizativo da categoria no país possui um movimento dinâmico. Os sujeitos coletivos que o constituem possuem historicidades distintas, naturezas jurídicas distintas, tempos de mandatos distintos, divisão regional distinta, representatividade distinta. A década de 1940 demarca o início da coletivização e organização política com a criação da ABESS e da ABAS ampliando-se nos anos 1960 e 1970 para a organização do movimento estudantil e sindical.

As dimensões político-organizativas no âmbito da formação, do trabalho, do movimento estudantil e sindical convergiram em 1979 no III CBAS explicitando a defesa de um projeto profissional comum, sintonizado com as lutas e anseios democráticos da classe trabalhadora. Cada sujeito coletivo percorreu um processo histórico particular entrelaçado pelas lutas emancipatórias mais amplas que lhes deram sentido e direção. A dimensão teleológica do projeto profissional, em cada tempo histórico, é forjada pelas gerações profissionais que, em condições objetivas, constroem as mediações possíveis para sua concretização.

3.1 A articulação político organizativa das entidades da categoria

⁴¹ Abramides analisando a pertinência da organização por ramo de atividade e seus desafios no atual contexto de regressão de direitos, defende que o mesmo “(...) tem a possibilidade de romper com a fragmentação das categorias, favorecendo a unidade de ação nas lutas conjuntas e coletivas dos trabalhadores coletivos.” (2019, p. 225).

A partir da década de 1980 as entidades representativas da categoria, na sua diversidade, passaram a construir unidade política em torno da agenda político-profissional. A realização do IV CBAS na cidade do Rio de Janeiro em 1982, foi o marco inicial desta duradoura articulação: a CENEAS, a ABESS, CFAS/CRAS e ENESS passaram a organizar coletivamente os Congressos Brasileiros, avançando em ações conjuntas na defesa de direitos e representação da categoria (Abramides & Cabral, 1995; Iamamoto, 2025).

Ao mesmo tempo que participaram das lutas mais gerais da sociedade brasileira, no âmbito da formação profissional, a aprovação e implantação do novo Currículo Mínimo em 1982 expressou o grande salto qualitativo na formação de um novo perfil profissional. No âmbito do trabalho profissional, a aprovação, ainda pelo CFAS, do novo Código de Ética Profissional em 1986 foi o grande marco do posicionamento de ruptura com a ética da neutralidade, até então prevalecente no Serviço Social brasileiro.

A intensa conjuntura de mobilização e abertura democrática da década de 1980 conviveu com aumento das contradições da chamada “década perdida”. As crises cíclicas do capital explicitaram as profundas desigualdades com as quais as(os) assistentes sociais trabalham. Aliadas(as) aos movimentos e lutas sociais por direitos, a categoria protagonizou a incidência na Constituinte junto com os movimentos sociais e populares.

No balanço realizado por Yazbek, ao mesmo tempo as(os) profissionais “enfrentam a exigência de avançar na pesquisa e de construir novos conhecimentos teórico- metodológicos e técnico-operativos, sobretudo assumem importante protagonismo na disputa pelos sentidos da sociedade, no contra desmanche de direitos (...)” (Serra, 2007, p. 191).

As conquistas democráticas alcançadas com a aprovação da Constituição Federal em 1988 encontraram obstáculos logo em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello: a inauguração da agenda neoliberal no país.

Neste ano também foi realizado o VI CBAS, o chamado Congresso Chico Mendes, em Natal com 3500 participantes. Este CBAS trouxe como marco de vinculação da categoria com o movimento negro, a apresentação de dois trabalhos que abordavam a temática racial: *A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora* de autoria das assistentes sociais Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves;

e *O Serviço Social e os bastidores do racismo* de autoria das assistentes sociais Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Sant’anna (Rocha, 2009).

A vinculação de assistentes sociais aos movimentos sociais e populares não é exterior à sua condição de classe. Romper com o conservadorismo e o elitismo no interior da categoria não pode ser uma abstração, uma ideia. Logo, não se trata mais de trabalhar com a classe trabalhadora, considerando-a destituída de particularidades.

O processo histórico de expansão e assalariamento da categoria, impôs concretamente a possibilidade de assistentes sociais perceberem-se como parte da classe trabalhadora, trabalhando com a classe trabalhadora. A possibilidade desta nova consciência não é imediata nem natural. É social e mediatizada pelo pensamento, pela consciência, pela razão inquieta que busca a verdade sobre sua própria condição e respostas para a vida em sociedade.

Aprendemos com Marx & Engels (1993) que, em cada tempo histórico, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, aquela que detém a propriedade dos meios de produção, o poder econômico e por conseguinte o poder político. Sendo assim, seu enfrentamento não é simples e pressupõe analisar que

A ideologia dominante no contexto da sociabilidade capitalista coloca uns indivíduos contra os outros e, nesse processo, se vale das diferentes refrações da diversidade humana e dos grandes sistemas de opressão a grupos particulares, tais como o patriarcado e a heteronormatividade. Graças à ação desses sistemas, o conjunto da moral e da ideologia dominante se mantém e tende a se reproduzir, embora com cisões internas que possibilitam a sua transformação, reafirmando-se a perspectiva que vê na liberdade do outro não a realização, mas o próprio limite à liberdade individual. (Vinagre, 2011, p. 53)

Os sistemas de opressão e mistificação das relações de produção e reprodução social no Brasil, com crescentes violências e desigualdades, tornam este processo mais complexo. A herança escravista, colonial e patriarcal se recoloca no cotidiano e se refuncionaliza de forma a reproduzir históricas opressões naturalizadas e individualizadas no cotidiano das relações sociais, num processo crescente de alienação.

A ideologia da democracia racial, naturalizada e normalizada pela sociedade e também pela categoria, é uma expressão deste processo. O protagonismo de assistentes sociais, mulheres negras vinculadas ao movimento negro deu visibilidade à desumanização dos corpos negros e à realidade do racismo, denunciando o mito da

democracia racial no Brasil, na formação e no trabalho profissional (Rocha, 2009, Vinagre, 2011, Almeida, 2017, Moreira, 2020, Elpídio, 2021).

A classe trabalhadora é ontologicamente diversa, então nos cabe, como profissionais, “(...) desvelarmos os sujeitos no seu processo de inserção histórica real na totalidade social, sob determinadas condições concretas de experiências e vínculos sociais de pertencimento – de classe, gênero, orientação/expressão sexual, raça/etnia, geração, religião e outros. (Vinagre, 2011, p. 53).

A apreensão do *significado social da profissão* na divisão sociorracial, sexual e técnica do trabalho, iluminada pela Teoria Social de Marx e a vinculação orgânica aos movimentos sociais e populares, permitiu à categoria, de forma hegemônica no conjunto de suas entidades representativas, analisar a realidade e construir estratégias articuladas para seu enfrentamento.

A sociedade brasileira iniciou os anos 1990 com a hegemonia neoliberal implantando contrarreformas que incidiram e incidem de forma regressiva na vida da classe trabalhadora, bem como no trabalho e formação profissional. Neste período foi emblemático o veto de Collor à Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em 1990 e a reação de intensa mobilização da categoria. De norte a sul do país a categoria se mobilizou em defesa da LOAS, em favor da defesa da política de assistência social como política de direito no contexto da Seguridade Social.

Ao mesmo tempo, em intenso movimento desencadeado em favor de Ética na Política, a sociedade brasileira exigiu o *impeachment* de Collor, culminando com sua saída em 1992. O governo de Itamar Franco, embora curto, foi determinante incidindo em conquistas legais tanto no âmbito da regulamentação da legislação social quanto profissional.

O marco jurídico-normativo que deu e dá sustentação ao *projeto ético-político* profissional foi forjado em um contexto de afirmação das lutas da classe trabalhadora pela implantação de direitos sociais e ampla resistência às regressões neoliberais. Ao mesmo tempo em que a categoria forjava a luta também produzia conhecimento sobre a realidade social e contradições do capital em crise.

Se devemos a sustentação do *projeto ético-político* à apreensão entre nós da razão dialética a partir da ontologia do ser social fundamentada na obra marxiana e na

tradição marxista, destaco que esta dimensão está associada à participação política e democrática desta perspectiva na construção da sua sustentação jurídico-normativa.

Diferente de outros países, o Serviço Social brasileiro, por meio de suas entidades representativas construiu uma base legal e normativa que, diante do Estado e da Sociedade, possibilita a construção da *relativa autonomia* profissional, necessária para a tomada de decisões orientadas por valores e princípios que conformam o fazer profissional tanto na sua natureza interventiva quanto na produção de conhecimentos. A disputa pela direção social deste processo no interior das entidades da categoria foi sendo construída desde 1979, marco da *virada* crítica (Iamamoto & Carvalho, 1991; Iamamoto, 2007; Mota, 2013; Iamamoto, 2025; Oliveira *et al*, 2025).

A dimensão jurídico-normativa não é neutra! Este aspecto não é mera retórica, é possibilidade de sustentação jurídico-formal para a tomada de decisões na defesa de direitos sociais e humanos no processo histórico de emancipação política e humana, enfrentando a barbárie que o capitalismo produz e reproduz.

Esta dimensão dá-se não apenas na apreensão e domínio do aparato legal que conforma a legislação social que, a partir dos avanços da Constituição de 1988, conformou todas as políticas sociais, “mediação fundamental” como nos lembra Yazbek (2018), nas quais a categoria desenvolve seu trabalho⁴². Fomos e somos sujeitos históricos na luta pela aprovação e implementação de leis progressistas, particularmente no campo da Seguridade Social e que, contraditoriamente, enfrentam a contrarreforma do Estado⁴³.

A sustentação do *projeto ético-político* profissional também envolve o domínio da base jurídico-normativa que constitui o próprio Serviço Social como profissão no país, tanto no âmbito da formação quanto do trabalho profissional. Esta análise e percepção

⁴² Aqui também o CELATS foi determinante para apreensão desta compreensão. O Simpósio de Playas (Guayaquil – Equador), em 1978, introduziu o debate do caráter contraditório da Política Social em âmbito latino-americano, tendo grande contribuição de Lúcio Kovarick (CELATS, 1979). A perspectiva histórico-crítica na profissão, desde 1979 foi construindo hegemonia tanto na intervenção profissional quanto na produção de conhecimento, incidindo criticamente nas políticas sociais entendendo a necessidade de “abordar a análise da especificidade histórica, que assume esta intervenção do Estado de acordo com a dinâmica que cada formação social apresenta no processo de acumulação, e, naturalmente de acordo com a dinâmica organizativa dos trabalhadores e a forma como dentro desta dinâmica eles enfrentam as consequências da contradição capital-trabalho.” (VvAa, 1979, p. 154)

⁴³ Desde a luta pela Reforma Sanitária à implementação do SUS, da luta pelos direitos das crianças e adolescentes à aprovação e implementação do ECA, da mobilização pela inserção da política de assistência social como parte do tripé da Seguridade Social à aprovação e implementação da LOAS; da denúncia das violências contra as mulheres à aprovação e implementação da Lei Maria da Penha, etc... Em todas as legislações que defendem direitos temos assistentes sociais na mobilização, aprovação e implementação das legislações sociais. Além desta dimensão, também ocupamos os espaços de controle social, tanto no segmento governamental quanto não governamental.

foi apreendida pelas lideranças profissionais que forjaram uma nova institucionalidade para o Serviço Social brasileiro, própria e *sui generis*.

Na contradição própria das relações sociais que conformam a realidade brasileira, construíram uma incidência política que não foi casual nem oportunista, pelo contrário, foi amplamente debatida nos fóruns da categoria, planejada e articulada com unidade teórico-política na efetivação do projeto profissional que enfrentou e enfrenta a tendência do corporativismo conservador e do endogenismo.

Nesta direção, a referência à Lei nº 8.662 que regulamenta a profissão de Assistente Social aprovada em 07 de junho de 1993; ao Código de Ética Profissional da/o Assistente Social aprovado na Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (CFESS, 2019) e às Diretrizes Curriculares aprovadas na Assembleia Geral da ABESS em 08 de novembro de 1996⁴⁴ (ABEPSS, 2021) são basilares pois dão sustentação jurídico-normativa para a categoria exercer a profissão com a liberdade construída e forjada na sua luta histórica.⁴⁵

3.2 O Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS: democratização e participação política da categoria

A Lei de regulamentação da profissão vinha sendo disputada desde a década de 1980 e introduziu legalmente a instância dos Encontros Nacionais como o fórum máximo de deliberação da categoria⁴⁶. Estes devem ser realizados anualmente com

⁴⁴ No mês seguinte à aprovação da “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB foi promulgada. Seu processo foi marcado por intensas disputas, iniciando-se, no governo Fernando Henrique Cardoso um brutal processo de mercantilização da educação. É neste contexto que, em 1997 a então ABESS encaminhou para o MEC o documento aprovado. Em 1999 quando os critérios para construção das Diretrizes Curriculares para os cursos superiores foram definidos, o MEC solicitou a indicação de Comissão de Especialistas de Ensino da área para coordenar o processo. A comissão foi composta pelas professoras Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley que, a partir do que foi deliberado pela Assembleia da ABESS, apresentaram ao MEC a proposta, disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311140412406970.pdf. Em 2001 a Câmara de Ensino Superior aprovou o parecer e em 2002 o Conselho Nacional de Educação aprovou o texto final das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no país, expresso na Resolução nº 15/2002, disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311141012990370.pdf. Ao longo do processo o projeto de formação contido na versão inicial foi desconfigurado e esvaziado, embora apresente a “espinha dorsal” proposta pela categoria. No processo de contrarreforma da educação e da universidade, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram reafirmadas pela categoria fortalecendo sua legitimidade na projeto de formação profissional.

⁴⁵ As referências aqui utilizadas remetem às publicações trilingües da Lei nº 8.662/1993 e do Código de Ética (1993) pelo CFESS e das Diretrizes Curriculares (1996) pela ABEPSS, sinalizando a disputa do projeto profissional no âmbito internacional.

⁴⁶ Em 2026 será realizado o 53º Encontro Nacional. A Lei nº 8.662 foi sancionada há 33 anos. A prática dos Encontros Nacionais ocorria desde a década de 1970 como espaço coletivo entre as gestões do Conselho Federal e Regionais, na estratégia de construção de trabalho conjunto e articulado. Na nova Lei, esta instância foi institucionalizada como

representação proporcional de profissionais da base da categoria, eleitas(os) em assembleias formalmente convocadas pelas respectivas gestões dos CRESS⁴⁷. É esta instância que, com a participação política e representativa da categoria em toda a sua diversidade, delibera sobre os rumos e direção social do Serviço Social brasileiro. As gestões do CFESS e dos CRESS tem como responsabilidade, nos respectivos mandatos, implementar a agenda política aprovada nos Encontros Nacionais⁴⁸.

Com a nova Lei, a partir de 1993 o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS tornou-se a instância deliberativa e representativa da categoria, onde se define a agenda política do *projeto ético-político* profissional no âmbito do trabalho. O CFESS, sujeito coletivo que representa atualmente mais de 250 mil assistentes sociais com inscrição ativa (CFESS, 2026a), a partir do que define a Lei nº 8.662 e o Código de Ética, tem o caráter de Tribunal Superior de Ética Profissional e tem a competência de “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS” (CFESS, 2019, p. 33).

Os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional definiram as competências e atribuições privativas, circunscrevendo a natureza interventiva da profissão, resguardando o profissional de requisições indevidas e oferecendo à sociedade a informação sobre o seu trabalho⁴⁹.

Em decorrência de sua competência normativa, cabe ao CFESS emitir Resoluções que orientem e disciplinem o trabalho profissional. Desde 1990 o CFESS foi construindo um aparato normativo em sintonia com os princípios éticos expressos no Código de Ética, compreendendo que “(...) as normas, os direitos e deveres nele inscritos, são inspirados em uma concepção ética cujo fundamento é a ontologia do ser social” (Barroco & Terra, 2012, p. 21).

fórum máximo de deliberação com a participação direta da base da categoria com o objetivo de democratizar o processo decisório da entidade, em âmbito regional e nacional.

⁴⁷ Em 2026, o CFESS lançou o vídeo “O que é o conjunto CFESS/CRESS. Para conhecer e participar das entidades do Serviço Social”, com o objetivo de orientar a categoria quanto à importância de sua participação política e funcionamento dos Conselhos. É um recurso didático para educação permanente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iYEjxHuWSs>. Acesso em: 10 jul. 2026.

⁴⁸ Para conhecimento do processo histórico, dinâmica e funcionamento dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, os relatórios, desde o 29º Encontro Nacional realizado no ano 2000, estão disponíveis em: https://www.cfess.org.br/documento?DocumentoSearch%5Bid_documento_categoria%5D=8. Acesso em: 15 jun. 2026.

⁴⁹ O debate e aprofundamento sobre as competências e atribuições privativas da(o) assistente social, requisições indevidas e respostas profissionais pode ser apreendido em CFESS (2012b; 2025), além dos cadernos sobre os parâmetros profissionais nas políticas setoriais disponíveis em: https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4&page=1.

Além da emissão de Resoluções que normatizam o trabalho profissional no país, discutidas amplamente nos fóruns da categoria, a direção do *projeto ético-político* possui uma dimensão pedagógica tanto na dimensão da ética profissional quanto da orientação e fiscalização do exercício profissional. As recentes publicações sobre o *Julgamento dos recursos éticos do CFESS (2013 - 2023)* com a jurisprudência dos recursos julgados, contribui para evidenciar a defesa da profissão nas situações específicas colocadas pela realidade (CFESS, 2026). Tendo como referência a política nacional de fiscalização, a publicação dos pareceres jurídicos que orientam o trabalho profissional também é um novo subsídio para qualificar a formação e o trabalho profissional (CFESS, 2022b).

O conteúdo e direção do *projeto ético-político* também podem ser apreendidos na publicização dos posicionamentos políticos expressos nas publicações do *CFESS Manifesta*⁵⁰, no Projeto Ética em Movimento⁵¹, nas Campanhas de Gestão, nos temas das comemorações do Dia da(o) Assistente Social, nos Seminários Nacionais abertos e gratuitos, nas ações junto às instâncias de controle social, bem como nas bandeiras de luta da categoria (CFESS, 2022).

As transformações societárias do início dos anos 1990 impactaram profundamente o âmbito da formação profissional. A educação superior e a universidade, *locus* de sua realização na qual a luta de classes se expressa de forma particular, estava “deslocada e desligada da realidade social, local, regional e nacional” (ABESS, 1993, p. 13).

Fruto da *virada* na formação, o processo de implantação do novo currículo mínimo deu-se de 1982 a 1985. A ABESS logo iniciou seu acompanhamento propondo a

⁵⁰ Constituindo-se em rica fonte didática tanto para a formação quanto para o trabalho profissional, o *CFESS Manifesta* foi criado na gestão 2002 – 2005. O primeiro documento foi a “Carta aos presidentiáveis”, fruto da deliberação do XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em pleno contexto eleitoral em 2002 (CFESS, 2004). As publicações do *CFESS Manifesta* tem se mantido a oito gestões, incidindo nos eventos da categoria, nos espaços públicos de Conferências Nacionais de todas as políticas públicas, datas comemorativas e conjunturas singulares deliberadas pelo Conselho Pleno. Todas as publicações dos *CFESS Manifesta* estão disponíveis no site da entidade organizadas em livros que historicizam os posicionamentos e a direção social das diferentes gestões do CFESS. Disponível em: https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4&page=5. Acesso em: 15 jul. 2026.

⁵¹. Coordenado pela Comissão de Ética e Direitos Humanos, desde 2010, o Projeto Ética em Movimento possui a estratégia da formação de multiplicadores(as). Os conteúdos desenvolvidos estão disponíveis em 4 cartilhas disponíveis em: https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4&page=2. Para maior conhecimento, assista ao vídeo *Ética em Movimento no Serviço Social - Parte 1*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTKC1T1E2-o> e *Ética em Movimento no Serviço Social - Parte 2*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UBfj_Nx8w-E. Acesso em: 10 abr. 2026.

pesquisa *A formação profissional do Assistente Social no Brasil – determinantes históricos e perspectivas*⁵². Logo após ser criado, em 1988 o CEDEPSS elaborou o projeto e executou a pesquisa produzindo relatório que substantivamente recolocou o problema: “(...) qual o nível de exigência, em termos de complexidade de estudos, [é] necessário à formação do Assistente Social brasileiro, enquanto profissional que precisa desenvolver uma intervenção crítica e consciente neste momento da sociedade brasileira?” (ABESS, 1991, p. 143).

Tal questionamento, no contexto sócio-histórico vivido, foi o fio condutor que permeou o processo de revisão curricular do Currículo Mínimo de 1982 deliberado na XXVIII Convenção Nacional da ABESS ocorrida na UEL, em Londrina (PR) em 1993.

O processo de democratização implementado no interior das entidades da categoria juntamente com a unidade político-estratégica construída a partir do IV CBAS (1982), consolidou-se com o processo de revisão curricular. O protagonismo do movimento estudantil, juntamente com docentes e profissionais supervisores(as) de campo de estágio sintonizados com as demandas do tempo histórico, fortaleceu as entidades representativas promovendo amplo e democrático debate. O processo durou três anos, “entre 1994 a 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 02(duas) nacionais.” (ABESS, 1997, p. 58).

O processo de intensos debates, estudos, análises, negociações e consensos, culminou com a aprovação do documento “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social”, na Assembleia Geral da ABESS, realizada da 08 de novembro de 1996, na UERJ, cidade do Rio de Janeiro.

Em 2026 completamos 30 anos do marco de aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS! Sua implementação tem sido o desafio cotidiano do trabalho nas Unidades de Formação Acadêmicas dialogando com estudantes, docentes, supervisoras(es) de campos de estágio, demais áreas do conhecimento, espaços sócio-ocupacionais, etc.

O projeto de formação profissional cuja ruptura com o conservadorismo se deu em 1979 na Convenção da ABESS em Natal, frente à necessidade histórica de sua

⁵² O relatório da avaliação da formação profissional da(o) assistente social pós-novo Currículo encontra-se publicado no Caderno ABESS nº 4 (ABESS, 1991).

revisão, avançou na construção de mediações possíveis no projeto que foi coletivamente construído e aprovado na Assembleia Geral de 1996.

Quais aspectos são centrais na sustentação do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares? Por que consideramos que ela continua atual e referência para o Serviço Social brasileiro? Destaco três considerações pra refletirmos coletivamente.

O primeiro aspecto refere-se à reafirmação dos pressupostos, princípios e diretrizes do projeto de formação profissional na unidade das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, ancorado na perspectiva histórico-crítica (ABEPSS, 2021; Iamamoto 2007a; Yazbek, 2018; Montañó & Guerra, 2024).

Uma avaliação objetiva nos mostra que temos a necessidade de “superar os problemas postos no processo de implantação da proposta, tais como a ausência de mediações, responsável pelas dificuldades de singularizar as relações entre projeto profissional e projeto sociopolítico.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 147). Ainda persiste “(...) uma insuficiente apreensão do método-crítico dialético, cujas categorias não são apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica.” (Idem, p. 148). Neste sentido, esta 8ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante busca avançar neste enfrentamento.

O segundo aspecto refere-se a um tema que foi amplamente debatido nos anos 1980 e se tornou princípio do Código de Ética de 1993: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.” (CFESS, 2019, p. 16). Nas Diretrizes Curriculares a categoria também o assumiu, compreendendo “(...) o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional (...)” (ABEPSS, 2021, p. 24).

Refletindo sobre o tema, Coutinho nos ensina que “pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é assim, sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente (...) é uma posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância (...)” (ABESS, 1991, p. 14). Nesta dimensão, pluralismo e hegemonia possuem organicidade nas relações democráticas. Ao mesmo tempo podemos perguntar, o que é tolerável para a consciência democrática?

A contribuição de Coutinho contribuiu e contribui para reafirmarmos com ele que “Tudo aquilo, porém, que vai contra a universalidade, que discrimina *a priori* uma parte do gênero humano, é intolerável (...). Não podemos tolerar, por exemplo, o racismo, não podemos tolerar, por exemplo o machismo.” (ABESS, 1991, p. 16).

É parte da essência do *projeto ético-político* profissional desnaturalizar a pobreza, desnaturalizar o patriarcado, desnaturalizar o racismo e o projeto de branqueamento, desnaturalizar o sexismo, a xenofobia, o capacitismo e assim enfrentar⁵³ as “(...) diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas.” (Elpidio, 2021, p. 86).

As Diretrizes Curriculares, a partir dos pressupostos da Teoria Social de Marx, nos dão as condições para o enfrentamento do sistema de exploração e opressões, dialogando democraticamente com perspectivas teórico-metodológicas diferentes ao mesmo tempo não tolerando o que se contrapõe à universalidade do gênero humano.

O terceiro aspecto refere-se à apreensão da lógica curricular proposta pelas Diretrizes Curriculares e sua implementação nos componentes curriculares. A direção social proposta nas Diretrizes é colidente com a lógica formal-abstrata. Os três Núcleos de Fundamentação propostos expressam um conjunto de conhecimentos indissociáveis⁵⁴. O desafio de traduzir esta lógica curricular nos percursos formativos dos respectivos projetos político-pedagógicos dos cursos é desafio que só pode ser enfrentado com cooperação e participação democrática de estudantes, profissionais e egressos(as). Enfrentar a rigidez e impermeabilidade da estrutura curricular e do processo ensino/aprendizagem no ensino superior continua sendo um desafio junto com a luta contra precarização do trabalho docente.

A experiência de implementação do currículo de 1979/1982 e dos últimos 30 anos, tem evidenciado que as mediações possíveis não são produtos individuais ou

⁵³ E assim desmistificar “o caráter conservador do projeto neoliberal [que] se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história (...)” (Iamamoto, 2007a, p. 163).

⁵⁴ “Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional. São eles: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 2021, p. 26/27).

isolados, pressupõe a unidade político-estratégica em todos os âmbitos, o que só é construído coletiva e democraticamente. Reconhecendo as particularidades locais e regionais, o desafio da implementação do projeto de formação profissional é permanente. Neste está a vitalidade da ABEPSS como sujeito coletivo que tem como finalidade coordenar nacionalmente este processo.

A pesquisa e a produção de conhecimento ganharam centralidade no projeto profissional, na formação e no trabalho profissional. Os momentos de debate coletivo e de socialização de experiências e conhecimentos na área foram viabilizados com implantação pela ABEPSS do 1º Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social – ENPESS, realizado em São Luís (MA) em 1982. No 2º Encontro, realizado em Campinas, houve a deliberação de alteração do nome para Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social – ENPESS. Com a criação do CEDEPSS este passou a organizar o evento e, a partir de 1989, a cada dois anos, este é promovido por cada gestão da ABEPSS (Bravo, et al, 2019).

A criação da Revista *Temporalis* em 2000, a aprovação da Política Nacional de Estágio e a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs em 2010, a criação do Projeto ABEPSS Itinerante em 2012, a publicação do documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social* (ABEPSS, 2018) e a criação do Projeto ABEPSS Ao Vivo em 2020, evidenciam algumas estratégias coletivas construídas para espalhar, interna e externamente, a direção social da formação em Serviço Social no Brasil.

A unidade político-estratégica construída pelas entidades da categoria no país desde a década de 1980, não se expressa apenas na composição conjunta nas mesas de abertura nos eventos da categoria. Foi construída democraticamente com lutas e participação política, com respeito às autonomias, forjando unidade na diversidade.

Ao longo dos seus 90 anos, desde 1974 a categoria realiza os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS como instâncias de integração e socialização científico-profissional, cujo marco histórico foi o III CBAS. O patrimônio político-organizativo e científico dos 18 Congressos realizados nestes 52 anos hoje está

disponível para pesquisa e produção de conhecimento. A apropriação deste acervo com certeza trará sólida formação às próximas gerações profissionais⁵⁵.

O IX CBAS realizado em Goiânia (GO), em 1998, trouxe para a cena pública o tema “O Serviço Social rumo ao século XXI, trabalho e **projeto ético-político** profissional” e contou com a participação de 2.543 participantes e 422 trabalhos apresentados. Realizado no apagar das luzes do século XX e regatando a memória das lutas emancipatórias, em seu relatório das sessões temáticas, Iamamoto também registra o espírito de celebração expressando “(...) a negação de visões deterministas da história e a reafirmação de que os homens são seres dotados de liberdade, capazes de formular projetos e dar-lhes vida através de práticas sociais, alterando rotas e abrindo caminhos na história” (2025, p. 318).

A conjuntura regressiva da contrarreforma da educação unificou as entidades da categoria na estratégia coletiva de criação em 2008 do GT Trabalho e Formação no âmbito do CFESS, transformando-se em 2017 no Fórum Nacional contra a Precarização da Formação e do Trabalho Profissional integrado pela ABEPSS, ENESSO e Conjunto CFESS/CRESS. Respeitando a natureza jurídica e as respectivas instâncias deliberativas, o Fórum propõe-se a realizar ações conjuntas e articuladas contra a precarização, em defesa da formação e do trabalho (CFESS, 2024).

Tanto no âmbito da formação quanto no âmbito do trabalho as entidades que representam a categoria no país participam de instâncias representativas internacionais. O CFESS filiou-se à Federação Internacional de Trabalhadores(as) Sociais – FITS em 1995 integrando a FITS – América Latina e Caribe. Fruto da auto organização das entidades no âmbito do trabalho profissional, a partir da mobilização entre os países do Cone Sul na década de 1990, em 2013 esta foi ampliada com a criação do Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organização Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social – COLACATS (CFESS, 2023).

A partir do processo de refundação da ALAETS, em 2006 a ABEPSS passou a integrar a Associação Latinoamericana de Ensino e Investigação em Trabalho Social – ALAEITS e em âmbito mundial, a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social – AIETS.

⁵⁵ O acesso aos Anais de todos os CBAS está disponível em: <https://abepss.org.br/abepss-celebra-disponibilizacao-de-acervo-historico-dos-50-anos-do-cbas/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

A Editora Cortez teve um protagonismo singular ao lançar o selo *Biblioteca Latinoamericana de Serviço Social*, traduzindo para a língua espanhola e publicando obras de pesquisadores(as) brasileiros(as) vinculados ao campo histórico-crítico. Estas obras foram divulgadas em todos os países da América Latina.

A ciência aberta criou novas condições para a disseminação da produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro, particularmente o acesso *online* e gratuito dos periódicos da área, em sua maioria vinculados aos programas de pós-graduação em serviço social, tem oportunizado a expansão do alcance da literatura profissional no mundo, particularmente junto aos países de língua portuguesa (CFESS, 2026b).

A publicação trilingue (português, espanhol e inglês) do Código de Ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão e das Diretrizes Curriculares expressam a decisão de incidir na disputa do projeto profissional no âmbito internacional, tanto no âmbito do trabalho quanto da formação em Serviço Social (CFESS, 2019; ABEPSS, 2021).

Ao longo dos anos o CFESS e a ABEPSS têm construído um protagonismo ativo nas instâncias internacionais construindo as mediações possíveis na afirmação e defesa do *projeto ético-político* profissional⁵⁶ no enfrentamento dos interesses imperialistas a partir do fortalecimento da relação sul-sul.

O projeto profissional está em disputa como em disputa está o projeto societário, no país e no mundo. A legitimidade do projeto ético-político no país ganhou hegemonia nas entidades profissionais (Marro, 2006; Netto, 2007). O movimento deste processo expressa o movimento da própria luta de classes no interior dos diferentes estados nacionais e no âmbito internacional.

Democratização das relações sociais e participação política de todos os sujeitos envolvidos no processo de formação e trabalho profissional são dimensões indissociáveis do *projeto ético-político* no enfrentamento dos desafios que nos convocam.

⁵⁶ Para aprofundamento das relações internacionais nas entidades nacionais ver ABEPSS (2003), CFESS (2023; 2026b), Castilho, Lemos, Silva (2026), bem como o II Seminário Internacional “Formação, Pesquisa e Internacionalização em Serviço Social: Cerrado e seus desafios contemporâneos”, promovido pela ABEPSS e realizado em Goiânia (GO), de 10 a 12 de junho de 2026. Disponível em: <https://internacionalizacao26.abepss.org.br/?pg=ao-vivo&lng=pt>. Acesso em: 20 jul. 2026.

Considerações Finais

A construção do que a partir dos anos 1990 passamos a denominar *projeto ético-político* profissional sustenta-se na construção concreta de profissionais que se colocaram como sujeitos históricos a partir de seus locais de trabalho, como parte da classe trabalhadora, na disputa do projeto societário.

A atual crise estrutural do capitalismo agoniza a humanidade e a natureza. A destrutividade do capital se evidencia na intensidade e volume da crise humanitária e crise climática. Os eventos climáticos extremos além dos impactos econômicos destruindo casas, estradas e plantações, encarecem alimentos e afetam a saúde, atingindo de forma mais grave a população que já vive em condições de extrema pobreza e miséria.

Os deslocamentos forçados motivados por guerras, conflitos armados e violações de direitos humanos tem produzido crise migratória sem precedentes gerando transformações demográficas e geopolíticas, além do aumento de xenofobia e nacionalismos.

Os povos indígenas, povos da floresta, do campo, dos rios, das periferias, quilombolas, extrativistas, pescadores(as), povos de terreiro, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas em situação de rua, jovens, pessoas idosas, movimento negro e trabalhadores(as) tem se levantado coletivamente, em diferentes partes do mundo, na denúncia do padrão de acumulação que mata e destrói a vida no planeta.

As transformações da indústria 4.0 avançam na quarta revolução industrial ampliando a inteligência artificial a dimensões inimagináveis. O desenvolvimento científico e tecnológico que deveria servir para a humanidade, estando a serviço da acumulação capitalista, tem ampliado o abismo socioeconômico entre aqueles(as) que produzem a riqueza e aqueles(as) que se apropriam, aumentando a concentração e centralização da riqueza mundial, logo o poder econômico e político.

É neste contexto que o fascismo, a extrema direita e o conservadorismo tem crescido no mundo. Para dominar, manipulam, produzem *fake news*, negacionismo e fundamentalismo religioso, comprometendo os avanços democráticos e civilizatórios. Tais transformações impactam a formação e o trabalho profissional de forma particular.

As gerações profissionais passadas, juntamente com demais trabalhadores(as), enfrentaram o terrorismo do Estado brasileiro com muito estudo, planejamento de

estratégias e ações diretas, algumas com desobediência civil e grande risco. Seus corpos sofreram tortura, violência psicológica, deslocamentos forçados na luta pelas liberdades democráticas. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça! Ditadura, nunca mais! Não esqueceremos!

Naquele momento histórico posicionaram-se em honra a “todos os trabalhadores brasileiros, aqueles que lutaram pelas liberdades democráticas”. O Congresso da *virada* virou! A consciência de classe das(os) assistentes sociais emergiu historicamente quando concretamente deu-se a possibilidade da consciência de classe da classe trabalhadora no Brasil. Este é o marco e legado de 1979! E é incontornável!

A *coragem cívica e intelectual* expressa pela categoria naquela conjuntura se coloca como desafio para as atuais e futuras gerações profissionais. As perguntas iniciais que provocaram a construção da presente exposição mobilizaram a busca de pistas que podem ser aprofundadas no processo contínuo de investigação e construção de respostas, sempre provisórias. O investimento individual e coletivo no processo de formação e educação permanente traz em si possibilidades revolucionárias. A consciência crítica se movimenta na busca da verdade e ao fazê-lo, transforma-se no processo, não se permitindo voltar atrás.

Completamos 90 anos de Serviço Social no Brasil! Em todos os fóruns da categoria, desde a década de 1990, de forma democrática, a opção sociopolítica do projeto profissional continua sendo a ruptura com o conservadorismo em todas as suas formas e expressões. Traduzem-se no enfrentamento do sistema de exploração e opressões com ações que constituem a agenda político-científica da categoria.

A Teoria Social de Marx tem sido a referência teórico-metodológica no campo das Ciências Humanas e Sociais para a análise concreta de situações concretas, permitindo a construção de mediações profissionais emancipatórias.

Este movimento não é homogêneo, construiu hegemonia no Serviço Social brasileiro alinhando dimensão teleológica e ontológica. Trata-se de uma ação ético-política sustentada na Teoria Social que construiu a crítica da economia política da ordem capitalista geradora da negação do humano e da humanidade.

A sustentação teórico-política e jurídico-normativa do *projeto ético-político* exige a continuidade do investimento em estudos e pesquisas, mas sobretudo na participação política da própria categoria nas suas entidades e fora dela, dando vida e materialidade

ao Código de Ética Profissional, à Lei que regulamenta a profissão e às Diretrizes Curriculares.

Com *a certeza na frente e a história na mão*, os princípios fundamentais do Código de Ética nos dão o sentido das mediações a serem construídas:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2019, p. 15/16).

A geração 68 fez a *virada* e deixou um legado e patrimônio às novas gerações profissionais. Cabe-nos, no presente, nos apropriarmos criticamente deste legado e, com a consciência de classe renovada pelas condições objetivas do atual capitalismo em crise, juntamente com novos protagonistas, construirmos as mediações que permitirão a estas também construírem, como sujeitos históricos, as respostas profissionais que poderão sustentar o *projeto ético-político* que só ganha sentido ao vincular-se ao necessário projeto societário de superação da ordem burguesa.

Se muito vale o já feito, mais vale o que será! (Milton Nascimento)

Referências

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – Edição Comemorativa Trilíngue – 25 anos de Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Brasília : ABEPSS, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

ABEPSS. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. ABEPSS. Vitória, dezembro 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

ABEPSS. Articulação Latino-americana e Formação Profissional. *Temporalis*, Brasília, ano IV, nº 7, janeiro a junho, 2003.

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143 – 172, abril, 1996.

ABESS. Formação profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS*, nº 7. São Paulo : Cortez, 1997.

ABESS. O processo da formação profissional do Assistente Social. *Cadernos ABESS*, nº 1. São Paulo : Cortez, 1993.

ABESS. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. *Cadernos ABESS*, nº 4, São Paulo : Cortez, 1991.

ABRAMIDES, M. B. C. O fio vermelho nos move: legado do movimento estudantil de 1968. *Temporalis*, nº 46, 89-103, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/42521>. Acesso em: 15 jun. 2026.

ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo : Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988*. São Paulo : Cortez, 1995.

ALMEIDA, Magali. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. *Argumentum*. Vitória, v. 9, n. 1, p. 32 – 45, jan./abr., 2017. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/ALMEIRA_Magali_Diversidade%20humana%20e%20racismo.pdf. Acesso em: 10 jun 2026.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; CFESS (org.). *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo : Cortez, 2001.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Org.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, p. 71 – 93, 2021.

BONETTI, D. A.; VINAGRE SILVA, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Orgs.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis, 4ª ed. São Paulo : Cortez, 2001.

BORGES, M.E.S.; BRAVO, M.I.S.; SILVA, M.L.O. 90 anos do Serviço Social no Brasil: lutas sociais e organização política da categoria. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 149(1), p. 1 - 17, 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FpmBZTRBqwjYkbTNRnBTXKS/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E. L. S.; ELPIDIO, M. H.. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo : Cortez, p. 56 – 82, 2019.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: ABEPSS; CFESS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, p. 185-199, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5620/Cfess-LivroEspecializacao2009.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRAZ, M ; MATOS, M. C. . 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, v. 96, p. 174-182, 2008.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. S.L.; SILVA, M. G. *Formação, pós-graduação e internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos*. Belém : ICSA : ABEPSS, 2026. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2026/06/LIVRO_SERVICO-SOCIAL-7.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

CAPES. Documento de Área – Serviço Social. Área 32, 2025 - 2028. Brasília : CAPES, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/servico-social/ssocial-docarea.pdf/@@display-file/file>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CELATS. *Serviço Social Crítico* : problemas e perspectivas: um balanço latino-americano, 2 ed. São Paulo : Cortez; Lima, Peru : CELATS, 1986. Disponível em: <https://api.repositorio.ts.ucr.ac.cr/server/api/core/bitstreams/58217939-328c-4ff4-96a6-2bd2042de138/content>. Acesso em: 04 set. 2026.

CELATS. Política Social: algunos problemas levantados en el Simposio de Playas. Acción Crítica. Lima, Peru: CELATS, n. 5, 1979.

CFAS. Pela prática dos direitos sociais. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano I, n. 1, p. 5 – 16, setembro, 1979.

CFESS. *Serviço Social nos países de língua portuguesa: trajetórias, diálogos e aproximações na perspectiva do sul global*. Brasília : CFESS, 2026. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5574/SSlinguaport2026.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

CFESS. *Relatório Trimestral de Prestação de Contas – janeiro a março 2026a*. Brasília : CFESS, maio de 2026. Disponível em: <https://cfess-br.implanta.net.br/PortalTransparencia/Publico/ArquivosAnexos/OpenFile?idArquivoAnexo=20d64ff7-0a4e-4a7e-98f4-d321db4aab0c>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CFESS. *Julgamento dos recursos éticos do CFESS (2013-2023) : direção ético-política para a defesa do serviço social*. Organização Sylvia Terra, 1. ed. Brasília : CFESS, 2026. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5702/u6k-7MVQ5PHo5TQ9JY-Kgo4yu9Jv7mQl.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Assistentes sociais do Brasil: requisições institucionais e respostas profissionais*. CFESS : Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5605/LivroDiagramadoASdoBrasil2025Cfess-Site.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CFESS. *Formação, trabalho e participação sociopolítica: dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil*. Brasília : CFESS, 2024a . Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/4039/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>. Acesso em 06 abr. 2026.

CFESS. *Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: incidências coletivas para reafirmar a luta*. CFESS : Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/22024-Ebook-ForumFormacaoQualidadeSeso.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Serviço Social e as Relações Internacionais*. Brasília : CFES, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/4031/CFESS-2023-ServicoSocialRelacoesInternacionais.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CFESS. *E-book. Pareceres jurídicos sobre a fiscalização do exercício profissional*. Brasília : CFESS, 2022b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3995/EbookCFESS2022-PareceresJuridicosCofi.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília : CFESS, 2022a. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3997/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em 06 abr. 2026.

CFESS. *Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta. Ações Estratégicas Continuidas* CFESS/CRESS. Brasília : CFESS, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3961/DfhIDr_8D05ffCLSR8HXQNX9QfdZC-6n.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026

CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação Profissional – Edição Trilíngue*. Brasília : CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2019CfessCEP-Trilingue-Site.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura - Depoimentos*. Brasília : CFESS, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Política Nacional de enfrentamento à inadimplência no Conjunto CFESS/CRESS*. Brasília : CFESS, 2017a. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3942/PoliticaEnfrentamentoInadimplencia2017-Aprovada-45EN.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília : CFESS, 2012b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3891/atribuicoes2012-completo.pdf>. Disponível em: 10 jun. 2026.

CFESS. *Seminário Nacional: 30 anos de o Congresso da Virada*. Brasília : CFESS, 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS*. Brasília : CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3902/37U8Wqi-2KBhgJT-1YtVB8dQD-S0sj3l.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3924/2idRHVtGRSxqqKop9MO1-Bw99ttWFa3t.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CFESS. *CFESS Manifesta – Análises Conjunturais. Gestão 2002 – 2005 – Trabalho, Direitos e Democracia, a gente faz um País*. Brasília : CFESS, 2004. <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5856/CFESSMANIFESTA2002-2005.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 172 – 190, abril, 1996.

ELPIDIO, M. H. Os fundamentos do serviço social e a questão étnico-racial. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J. P. da S.; ROCHA, R. (Org.). *Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*. São Paulo : Annablume, p. 73 – 98, 2021.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 3 ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na perspectiva histórico-crítica: 50 anos dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais*. São Paulo : Cortez, 2025.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v.

22, n. 56, p. 20 – 33, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/86520> Acesso em: 20 mar. 2026.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. [et al]. (orgs). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*, 2 ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 161 – 196, 2007a.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, questão social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo : Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 8 ed. São Paulo: Cortez; Lima : CELATS, 1991.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Org.). *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.; LIMA, L. Encuentro Nacional de Capacitación. *Acción Crítica*. Peru : CELATS, n. 6, p. 32 – 37, diciembre, 1979. Disponível em: <https://api.repositorio.ts.ucr.ac.cr/server/api/core/bitstreams/0353d280-613b-443f-a4bb-2d6b15bdbf82/content>. Acesso em: 04 set. 2026

IASI, M. 1979: um ano singular. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Vol. 21, nº 2, jan./jul., p. 13 – 22, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/746/256>. Acesso em: 20 maio 2026.

LOPES, J. B. A organização política acadêmica e a alternativa crítica em Serviço Social na América Latina. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, v. 148(1), p. 1 – 19, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bn56bgzKmb7Vc8tKRrLGyPc/?lang=pt&ilang=en>. Acesso em: 13 jun. 2026.

MARRO, K. I. Reflexiones Preliminares sobre el Problema de la Hegemonia em el Proyecto Ético-político del Trabajo Social. *Revista Katálisis*. Florianópolis, v.9, p. 209 – 216, jul./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/yM3mNp7cGRDNRqh7dpg5Yck/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 12 abr. 2026.

MARX, L. *O capital: crítica da economia política* : Livro 1 : o processo de produção do capital. São Paulo : Boitempo, 2013.

MARX, K. ; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feurbach)*, 9 ed., São Paulo : Hucitec, 1993.

MENDES. D. L. P. *A virada crítica da formação profissional em Serviço Social no Brasil: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço

Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19728>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MOTA, A. E. F. S. Ofensiva da direita, crise da democracia e ameaças às conquistas civilizatórias. *Revista Libertas*, Revista da Faculdade de Serviço Social - UFJF, n. 25, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/49127>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MOTA, A. E.. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, n. 16, p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo : Editora Anita, 1994.

MOREIRA, T. W. F. *Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo*. Belo Horizonte : Letramento, 2020.

NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)*. São Paulo : Cortez, 2014.

NETTO, J. P. A hegemonia em xeque, Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: CFESS. *Revista Inscrita*. Brasília : CFESS, Ano VII, nº 10, p. 4 – 10, novembro, 2007. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess_10. Acesso em: 10 abr. 2026.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília : CEAD, p. 91 – 110, 1999.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87 - 132, abr., 1996.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1992.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo : Cortez, 1991.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano X, n. 30, p. 89 – 102, abril, 1989.

OLIVEIRA, A. L. A de; MOLHO, C. B.; LEMOS, E. L. S.; BORGES, M. E. S.; BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.. Serviço Social no Brasil; organização política e a virada crítica. In: *Revista Eleuthera*, Caldas [Colômbia], n. 27, p. 167 – 186, enero-junio, 2025. Disponível em: <https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/eleuthera/article/view/9614/7683>. Acesso em: 12 abr. 2026.

RAICHELIS, R. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo : Cortez, p. 62 – 85, 2019.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social brasileiro. In: *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, p. 141-165, 1997.

ROCHA, R. F.. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 99, p. 540-561, jul./set. 2009.

SANTOS, L. L.; MOLJO, C. B.; MENDES, D. L. de P.. História e memória da Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano: entrevista com Leila Lima Santos. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 476-499, jan./jun., 2026. Disponível em: eriodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/53221. Acesso em: 10 jul. 2026.

SERRA, R. Democracia e Serviço Social. *Revista Em Pauta*, nº 19, p. 181 – 201, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/192>. Acesso em: 12 abr. 2026.

SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo : Cortez, 2019.

SOUZA, L. E. de. Os 25 anos da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APASSP. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano II, nº 5, p. 77 – 87, março, 1981.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 12, n. 33, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/13023>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VINAGRE SILVA, Marlise. Diversidade Humana, Relações Sociais de Gênero e Luta de Classes: Emancipação para além da cultura. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 09, p. 51-63, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2933>. Acesso em: 12 abr. 2026.

VVAA. Política Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano I, n. 1, setembro, 1979.

VVAA. O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 100, out./dez., 2009.

VVAA. Serviço Social, lutas e direitos sociais: do III CBAS aos desafios atuais do projeto ético-político. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Vol. 21, nº 2, jan./jul., 2012. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/praiavermelha/issue/view/746/256>. Acesso em: 20 maio 2026.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Libertas*. Juiz de Fora, v. 20, p. 293-306, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: 10 abr. 2026.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo : Cortez, p. 86 – 101, 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. [et al]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas : Papel Social, p. 47 – 84, 2018.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo : Cortez, 2019.